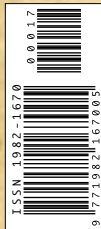


# PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO



NÚMERO 17  
MARÇO 2008  
R\$ 15,00



## SAÚDE

Com quanta degradação ambiental se faz uma epidemia?

## ENTREVISTA

"O governo pode, mas não quer proteger a Amazônia", diz Ricupero

## CRIATIVIDADE

A indústria das idéias como motor de uma nova economia

## De portas abertas

**Os 200 anos** da abertura dos portos às nações amigas de Portugal não escaparam de comemorações variadas e homenagens no Carnaval. Tida como marco da emancipação brasileira, prenúncio da Independência proclamada 14 anos depois, a abertura, na verdade, mostrou que o País continuava subserviente, mas ao poderio inglês. Hoje ainda é possível identificar a força política das nações pelas relações de comércio. O Brasil, por exemplo, que se mantém majoritariamente exportador de commodities, é passível de sanções de ordem sanitária, social e ambiental, como nos casos da carne e do etanol.

Difícil traçar a linha entre o protecionismo por parte das nações desenvolvidas e a exigência legítima por práticas sustentáveis, com as quais a sociedade só tem a ganhar – não apenas a mundial, mas, em particular, a brasileira. Adequar-se não significa capitular. Ao contrário, leva a aprimorar a produção e ganhar vantagem competitiva.

A busca por certificação de processos e mercadorias pode ser mais que uma aliada no comércio mundial, pois valoriza os ativos humanos e ambientais. Pode também moldar os mercados – não necessariamente virtuosos, lembra o embaixador Rubens Ricupero, em entrevista nesta edição. E, assim, promover os valores de justiça, igualdade e preservação ambiental.

Não é, contudo, panacéia. Pode ser capturada por interesses privados, ainda mais em um país em que o loteamento do Estado e o sucateamento de natureza política e ética são visíveis a olho nu. Para incorporar os benefícios da certificação ao *modus operandi* brasileiro, além de empenho para superar tendências históricas, é preciso sensibilidade, ousadia e vontade de embarcar na experiência do desenvolvimento sustentável.

Uma boa fonte para iluminar o caminho é a criatividade, recurso abundante no caldo cultural brasileiro – que pode tornar-se motor da economia – e fundamental em um mundo onde é preciso repensar tudo.

Boa leitura

# PAGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS  
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
DIRETOR Francisco S. Mazzucca



COORDENADOR Mario Monzoni  
COORDENADORA-ADJUNTA Rachel Biderman

EDITORAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini

REPÓRTER Carolina Derivi  
PROJETO GRÁFICO E EDIÇÃO DE ARTE  
Marco Cançado (Banana Bionica Design)  
EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi  
ILUSTRAÇÃO Janaina Tokitaka  
REVISÃO José Genulino Moura Ribeiro  
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO André Carvalho, Claudia Azevedo-Ramos, Giovana Girardi, José Carlos Barbieri, Lia Vasconcelos, Maurício Torres, Maristela Bernardo, Regina Scharf, Ricardo Abramovay

ENSAIO FOTOGRAFICO Adriano Gambarini

JORNALISTA RESPONSÁVEL  
Amália Safatle (MTb 22.790)

MARKETING E PUBLICIDADE  
André Almeida / comercial@pagina22.com.br  
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Alameda Itu, 513  
01421-000 - São Paulo, SP  
(11) 3284-0754 / redacao@pagina22.com.br  
ASSINATURAS E REPARTES CORPORATIVOS  
www.pagina22.com.br  
assinaturas@pagina22.com.br

IMPRESSÃO Vox Gráfica e Editora  
DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição  
DISTRIBUIÇÃO BANCAS Fernando Chinaglia  
CIRCULAÇÃO LM&X

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO JORNALEIRO:  
(11) 3865-3832

NÚMEROS AVULSOS:  
(11) 3281-7875 e 3281-7790 ou livrariagv@fgvsp.br  
(21) 2559-5535 ou livraria@fgv.br

CONSELHO EDITORIAL  
Aron Belinky, Gladis Ribeiro, José Carlos Barbieri, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Ricardo Guimarães, Roberto Waack, Tarcila Reis Ursini

CONSELHO CONSULTIVO GVces  
Fabio Feldmann, Heloisa Bedicks, Luiz Maia, Luiz Ribeiro, Nelmara Arbex, Paulo Vanca, Ricardo Young, Sergio Esteves, Tamas Makray

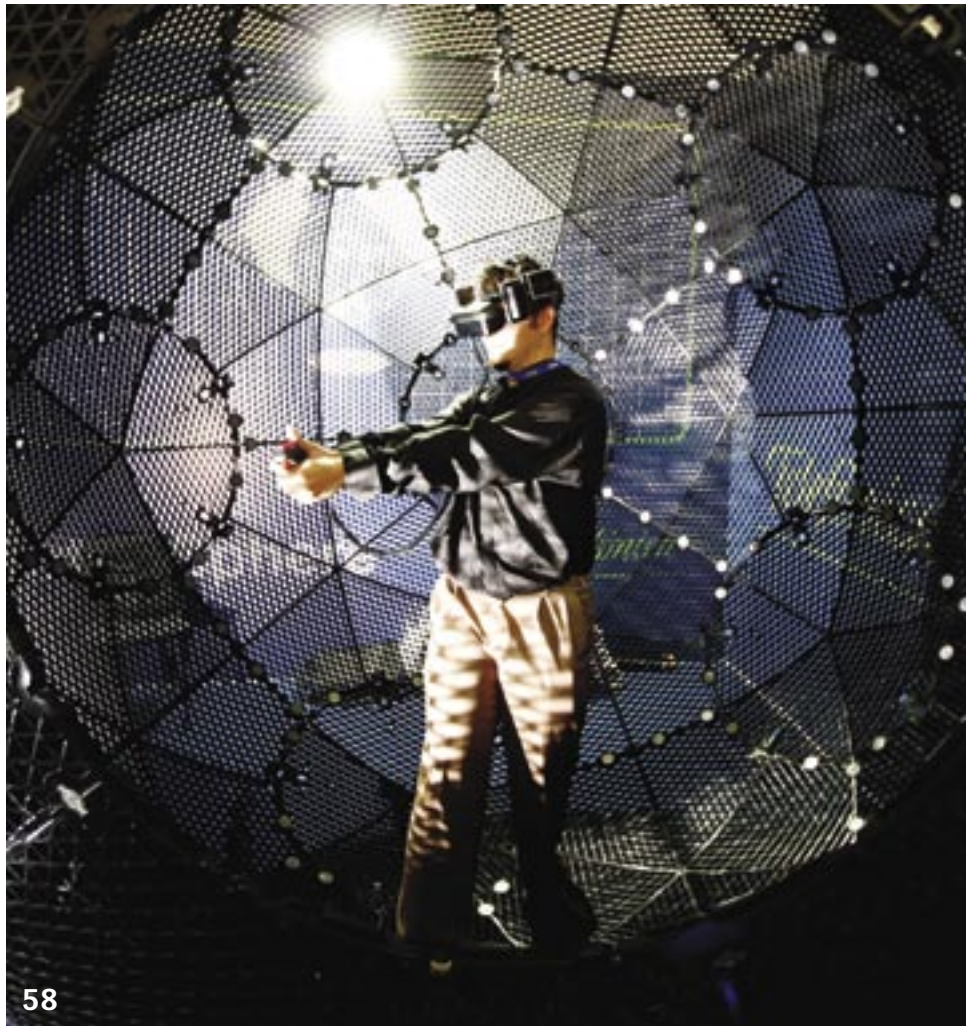
Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinadas expressam a opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras e do GVces.

É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução do todo ou parte do conteúdo desta publicação.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 10.000 exemplares

CAPA: TOM BRAZ





- 06 Notas
- 28 Artigo
- 32 Artigo
- 36 Retrato
- 48 Análise
- 50 Ponto
- 54 Contraponto
- 64 Coluna
- 66 Última

## 12 Entrevista

O governo pode, mas não quer proteger a Amazônia, diz o embaixador Ricupero. Ou melhor, até gostaria de protegê-la, desde que o custo político fosse indolor

## 18 Consumo

Certificados socioambientais são ferramentas valiosas para o consumidor responsável. Esse mundo de garantias, contudo, ainda carece de clareza e credibilidade

## 42 Saúde e meio ambiente

É rica biodiversidade que mantém as espécies transmissoras de doenças em equilíbrio. Ao degradá-la, o homem faz emergir as moléstias

## 58 Economia criativa

Baseada nas idéias, depende menos dos recursos naturais e agrega valor às *commodities*. Mas depende de investimento em inovação e educação para florescer

## [SUSTENTABILIDADE]

# Tinha o consumo no meio do caminho

A falta de vontade política e a cultura do consumo foram as barreiras mais significativas ao avanço da agenda da sustentabilidade nos últimos 20 anos, apontaram profissionais da área de sustentabilidade ouvidos por uma pesquisa encomendada à Globescan pela consultoria SustainAbility e divulgada no fim de fevereiro. Foram ouvidas 2.158 pessoas, a maioria com cinco a dez anos de experiência na área, que atuam em diversos setores da economia em vários países — 7% eram latino-americanos.

Os políticos, além de atrasar a mudança de paradigmas, foram avaliados como os piores líderes quando o assunto é sustentabilidade. Em seguida aparecem as lideranças do setor corporativo e das organizações multilaterais e, na melhor posição, os líderes que atuam em ONGs. A SustainAbility viu nos resultados a indicação de um "vácuo de lideranças" na

sustentabilidade, mas destacou que — diante da constatação de que os temas ambientais figuram entre as maiores preocupações da população em 20 países, segundo outra pesquisa da Globescan — há uma grande oportunidade a ser explorada.

Dos entrevistados, 75% avaliaram que os atuais esforços feitos por governos, empresas e organizações multilaterais são inadequados às necessidades da sustentabilidade. E mais, apenas 3% disseram que o aumento da comunicação corporativa sobre a sustentabilidade é autêntica.

Quatorze por cento afirmaram que o capitalismo de mercado inibe o progresso em direção à sustentabilidade. Trinta e oito por cento disseram que a hegemonia global dos Estados Unidos é inibidora. Este, pelo menos, é um fator que pode mudar com as próximas eleições americanas. — por Flavia Pardini

## No meio do caminho tinha o crescimento

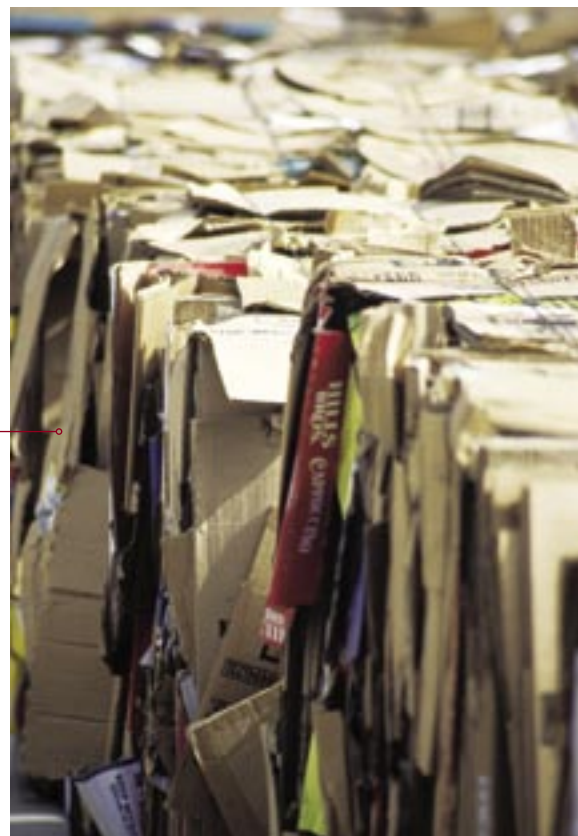
Não foi só a pesquisa da SustainAbility que detectou que as coisas não vão às mil maravilhas no mundo corporativo como faz parecer o marketing das companhias. O relatório *State of Green Business 2008*, elaborado pelos editores do site GreenBiz.com, mostrou que "as empresas (americanas) estão ficando mais limpas e eficientes, mas apenas incrementalmente, e muitos dos ganhos são contrabalançados pela economia que não pára de crescer".

O relatório traz 20 indicadores de performance ambiental que, na média, mostram a performance das empresas nesse campo — da eficiência operacional ao investimento em tecnologias limpas. Apesar da escassez de estatísticas, a conclusão dos editores foi de que há progresso, mas ele é "tímido".

As piores performances foram verificadas nos indicadores de

"intensidade de carbono" — com pequena redução de emissões de gases de efeito estufa, mas muito abaixo do necessário — e "lixo eletrônico" — com aumento da reciclagem de equipamentos, mas também da montanha de lixo gerado. Entre os pontos positivos estiveram: transparência quanto às emissões de carbono, investimentos e patentes em tecnologias limpas, eficiência energética, construção sustentável, **menor uso e reciclagem de papel**, emissões tóxicas e qualidade da gestão. Indicadores como o uso de energias renováveis, quantidade de embalagens, uso de pesticidas, certificação de sistemas de gestão ambiental e relatórios de sustentabilidade mantiveram-se inalterados.

"O *green business* deixou de ser um movimento para ser um mercado", disseram os editores. "Mas ainda há muito, muito a fazer." (FP)



## [EMISSÕES DE EMPRESAS]

## Pela cultura do inventário

Que o setor empresarial é grande responsável pelas mudanças climáticas já se sabe. Medir o quanto cada empresa emite em carbono é o primeiro passo para atacar o problema e converter em prática o discurso da responsabilidade socioambiental.

Ferramenta para isso já existe. Trata-se do GHG Protocol, ou protocolo dos gases de efeito estufa, uma iniciativa internacional que será lançada oficialmente no País em 20 de maio, em Brasília, com a presença da ministra Marina Silva. O GHG foi desenvolvido pelas organizações World Resources Institute e World Business Council for Sustainable Development, com apoio de cientistas, para medir as emissões de empresas. Algumas empresas brasileiras,

como Natura, Petrobras, Votorantim e o banco Bradesco já a utilizam. Mas a idéia é difundir a ferramenta para o universo corporativo brasileiro.

Com isso pretende-se transferir, gratuitamente, essa tecnologia de cálculo, que é considerada *benchmark* em termos de inventário corporativo de emissões. Para tanto, o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (GVces), com apoio do governo britânico, vai realizar um fórum entre empresas para trocar experiências e informações. "O objetivo é criar no Brasil a cultura de inventário entre as empresas", afirma Rachel Biderman, coordenadora-adjunta do GVces, onde é responsável pelo programa de Mudanças



Climáticas. O primeiro alvo da iniciativa são as companhias de grande porte dos setores que mais emitem carbono, identificados pelo Inventário Nacional das Emissões de Gases de Efeito Estufa. Há quem diga que o governo federal tem grande interesse pelo programa, pois seria uma forma de mostrar serviço no combate ao aquecimento global, uma vez que ainda derrapa no **controle ao desmatamento e às queimadas**. — por Amália Safatle

## [CONSTRUÇÃO]

## O padrão que faz a diferença

Empreendimentos imobiliários que adotam princípios da sustentabilidade custam mais caro e, por isso, destinam-se a um público específico que pode pagar por eles, certo? Nem sempre. A incorporadora Ecoesfera prova que as **construções ditas sustentáveis** podem custar não 10% a mais que as convencionais — como é a média do mercado —, mas até 5% menos. E ainda são capazes de alcançar um preço de revenda 20% maior. Pelo menos é o que garante seu diretor, Luiz Fernando Lucho do Valle.

O engenheiro conta que se valeu do princípio de Henry Ford para subverter essa regra. Por meio da simplificação e da padronização de processos, barateou os custos a ponto de o preço se tornar acessível para as classes média e média baixa. E com isso ganhou escala. Os apartamentos, que custam de R\$ 80 mil a R\$ 350 mil, têm tratamento de esgoto, reúso de água, aproveitamento da água da chuva, coleta seletiva de lixo, sensores de presença, entre outros atributos.

O próximo passo será lançar, maio ou junho, unidades de R\$ 50 mil em São Paulo e no Rio de Janeiro, com energia solar. Além de localização, preço e qualidade, o quesito sustentabilidade tem sido um importante apelo de vendas. "Entre os compradores, 37% o apontaram como a principal razão da escolha."

Ao contrário das incorporadoras convencionais, que primeiro buscam o terreno e depois desenham a planta, o desafio da

Ecoesfera está em encontrar terrenos adequados a seus projetos. A empresa lançou-se nesse segmento em 2005. Obteve fôlego para investir com aporte de um grande banco estrangeiro e fundos de investimento. Em 2007, seu volume global de vendas era de R\$ 32 milhões. Somente nos primeiros meses de 2008, está em R\$ 800 milhões. "Devemos chegar ao fim do ano entre as dez maiores empresas do setor", afirma. "Por que outras não fazem o mesmo? Por puro desconhecimento do tema." São da Ecoesfera os dois primeiros *green buildings* residenciais da América Latina, que levam o selo *Leed* — Leadership in Energy and Environmental Design. (AS)







## [ SERVIÇOS AMBIENTAIS ]

### Água para os rios

"Governos não podem fazer chover. O que podemos fazer é tentar gerir melhor o rio", afirmou a ministra para Mudança Climática e Água da Austrália, Penny Wong, ao anunciar em fevereiro a primeira compra de água da Bacia Murray-Darling. A administração do novo premier Kevin Rudd alocou 50 milhões de dólares australianos para adquirir os direitos de uso da água de agricultores e irrigadores que queiram vendê-los, com o objetivo de mantê-la correndo, e, assim, ajudar os rios, a biodiversidade e o meio ambiente. Segundo Penny Wong, é o "pagamento de um sinal para o futuro do Rio Murray".

A Murray-Darling precisa de ajuda. Uma das maiores áreas de drenagem da Austrália, ela cobre um sétimo do continente, encampa quatro estados e abriga grande biodiversidade. Embora receba apenas 6% da precipitação anual, é responsável por mais da metade da irrigação e por 40% dos alimentos produzidos no país. A produtividade e a sustentabilidade da bacia estão

ameaçadas pela superalocação de licenças para uso de recursos hídricos — de responsabilidade dos estados —, a salinidade e a mudança climática.

Estudo da Australian Academy of Technological Sciences and Engineering aponta que, se a alocação de recursos hídricos for mantida, a demanda por água vai suplantar a oferta antes de 2020. A superalocação tem origem nas políticas de desenvolvimento de áreas semi-áridas, baseadas na irrigação. A partir dos anos 90, o foco mudou para a sustentabilidade dos recursos hídricos e incluiu a formação de um mercado de água, que cresce a olhos vistos e deve começar a negociar derivativos — opções de compra e venda futura de direitos de uso da água — em breve.

À parte as esperanças de mais chuva, o governo federal estabeleceu um fundo de 2 bilhões de dólares australianos, tenta engendrar um acordo com os estados para rever a distribuição de direitos de uso e um plano para modernizar a irrigação. (FP)

## [ TRANSPORTE ]

### Segurança compartilhada

A incerteza pode aumentar a segurança. Pelo menos no trânsito: ruas desenhadas para deixar os motoristas e os pedestres incertos sobre quem tem prioridade pode ajudar a diminuir a velocidade dos veículos e a salvar vidas. É o que diz o relatório *Travel is Good*, sobre como será o trânsito na Inglaterra em 2030, elaborado pelas autoridades de tráfego inglesas e publicado em fevereiro.

*Guardrails*, placas de sinalização, luzes e linhas causam acidentes, segundo o relatório, porque as pessoas assumem que esses elementos tornam o trânsito mais

seguro e, conseqüentemente, prestam menos atenção no que os outros usuários das ruas estão fazendo.

Por trás da idéia está o conceito de "espaço compartilhado", pelo qual carros e pedestres são iguais e têm de negociar entre si para usar o espaço. Foi com base nele que a cidade holandesa de Drachten, há alguns anos, removeu os sinais de trânsito em um cruzamento usado por cerca de 20 mil motoristas por dia. O número de acidentes caiu de 36 nos quatro anos anteriores à mudança para 2 nos dois anos seguintes. O tempo médio para que

um carro atravesse o cruzamento diminuiu de 50 para 30 segundos.

Além da auto-organização do tráfego, o relatório inglês é favorável à cobrança de pedágio para evitar congestionamentos e poluição nos centros das cidades, mas recomenda o investimento em modos de transporte alternativo. Alerta que a mudança climática é uma realidade e rejeita os biocombustíveis como substitutos do petróleo — a saída, segundo as autoridades, é investir no hidrogênio como o combustível do transporte do futuro. (FP)

O pagamento pelo direito do uso da água é uma forma de garantir sua oferta no futuro e a biodiversidade



## [ GUERRA E PAZ ]

### Miss Mina Terrestre

"Todos têm direito à beleza", é o lema do concurso Miss Landmine 2008, que já está em sua segunda edição. Promovida pelo artista plástico norueguês Morten Traavik, a iniciativa nada tem a ver com os padrões de concursos de beleza tradicionais. As dez concorrentes são mulheres angolanas que sobreviveram a acidentes com minas terrestres e sofreram algum tipo de mutilação.

Em visita a Angola em 2003, Traavik deparou-se com um país recém-saído de uma longa guerra civil. Entre o começo da luta pela independência nos anos 60 e o fim dos combates de guerrilha em 2002, o território angolano foi infestado com esses artefatos. A Campanha Internacional pelo Banimento de Minas Terrestres estima que Angola tenha entre 10 milhões e 20 milhões de minas ainda ativas, o que significa pelo menos uma mina para cada habitante.

O site do concurso informa que os objetivos são incentivar o orgulho de mulheres e pessoas deficientes, questionar os padrões de beleza baseados na perfeição física, além de alertar global e localmente para o problema das minas terrestres. Os internautas podem votar on-line ([www.miss-landmine.org](http://www.miss-landmine.org)) na candidata preferida. A vencedora será anunciada no dia 4 de abril, Dia Internacional da Conscientização e Ação contra as Minas. Além da coroa, ganhará uma prótese sob medida. — por Carolina Derivi



## [ AMAZÔNIA ]

### Trem antidesmatamento

Para evitar a ocupação desordenada, o desmatamento e a grilagem que normalmente se apoderam do entorno de rodovias na Amazônia, o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam) lançou a campanha por uma **ferrovia no estado**.

A idéia é que a ferrovia seja instalada sobre o traçado da BR-319 (Manaus-Porto Velho). Concluída em 1973, a rodovia nunca passou por reformas profundas, enquanto se teme que o asfaltamento completo induza à destruição da floresta em um dos estados mais preservados da Amazônia legal.

"A ferrovia cria um ambiente muito mais controlado. Ao contrário das rodovias, onde o acesso é livre, não estimula a ramificação de estradas vicinais. Afinal, porque as pessoas ocupariam o entorno da ferrovia se o trem pára em apenas dois ou três pontos?", defende Mariano Cenamo, secretário-executivo do Idesam.

Segundo estimativa do Ministério do Meio Ambiente, entre as décadas de 70 e de 90, cerca de 75% do desflorestamento na região ocorreu nos arredores das rodovias pavimentadas. A constatação do problema levou o MMA a lançar, em 2003, o plano BR-163 Sustentável, para promover o asfaltamento da estrada que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA) de modo controlado, com a criação de áreas protegidas e regularização fundiária no entorno.

Cenamo descarta o mesmo modelo para a BR-319: "O plano era muito bom, mas não gerou resultados práticos. É só você ver o caso de municípios como Novo Progresso (MT), que está no entorno da BR-163 e também entre os principais desmatadores". A ferrovia custaria cerca de R\$ 1,3 bilhão a mais que a reforma da rodovia. Segundo o Idesam, o preço poderia ser compensando com a venda de créditos de carbono pelo desmatamento evitado, que resultaria em 760 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>. A venda poderia gerar, no mercado voluntário de créditos, R\$ 4,5 bilhões. (CD)

| POR **Amália Safatle**

## No fio da política

**O governo federal pode**, mas não quer salvar a Amazônia. Ou, melhor, até gostaria de protegê-la, desde que o custo político interno fosse indolor. Essa é a explicação para a falta de uma ação efetiva contra o desmatamento, na visão do embaixador Rubens Ricupero, diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap). Para o ex-ministro da Fazenda e da Amazônia, o Brasil revive, com a devastação, os idos de 1827 a 1850, quando enganava os ingleses para continuar traficando escravos. Até que a pressão internacional ficou insuportável, e o País cedeu – o que é um dos desfechos possíveis na questão amazônica. Mas, enquanto no Brasil os acordos políticos ainda impedem a proteção ambiental, esta começa a virar plataforma eleitoral nos países centrais, compara o diplomata.





**Há um ano o senhor afirmou a PÁGINA 22 que a destruição da Amazônia era como um vício que puxava o Brasil para baixo e o fazia perder o argumento no cenário geopolítico. Com a retomada no ritmo de desmatamento, e uma política para a região que parece titubeante, o Brasil nada avançou no último ano em relação a isso?** Em matéria de definição de uma política coerente para o governo como um todo, eu até receio que esses últimos episódios indiquem um retrocesso. Porque, em algum momento, chegou-se a publicar que estavam pensando na anistia aos desmatadores, o que seria um retrocesso grave. A anistia aparentemente foi descartada, mas indica que o perigo está presente. Esses últimos episódios são muito eloqüentes. Qual é a lição a se extrair deles? Que, quando tudo vai bem e os resultados das medições do Inpe sugerem uma redução do desmatamento, a retórica do governo passa a ser muito progressista e confortável. Mas, de repente, quando se verifica que o desmatamento é flutuante e oscila de acordo com as cotações internacionais da soja e do boi, aí vemos que nós não temos uma política efetiva. Eu vejo dois aspectos muito graves: a falta de uma estratégia coerente de curto, médio e longo prazos, e o outro, a falta de uma posição que englobe o governo como um todo, e não apenas setores dele. Sempre que há um alarma como esse do Inpe (*Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais*), cogitam-se medidas de emergência como as que foram anunciadas: o envio da Polícia Federal, de destacamentos do Exército, visitas de ministro, medidas ligadas a crédito. Mas essas são ações reativas, muitas vezes não têm seguimento e raramente são o prenúncio de uma política firme, continuada e persistente. São mais factóides, que ganham as manchetes dos jornais.

**Somente para dar uma resposta ao público?** Sim. Não está havendo o esforço para definir uma política que comece por identificar e remover todos os tipos de subsídios diretos e indiretos que favorecem o desmatamento. Na raiz disso tudo, existe uma responsabilidade muito grande do Estado brasileiro. Qualquer pessoa sabe que a criação de gado ou a plantação de soja não seria viável em regiões tão distantes como essa, se não houvesse algum subsídio que o governo concede. Porque eles estão a milhares de quilômetros dos portos, embora tenham a vantagem de as terras nem serem compradas, são terras usurpadas. Apesar desse custo baixo da terra, os outros custos são muito elevados. Precisam de calcário para corrigir a acidez da terra, de fertilizantes, de defensivos. A própria energia, nessa região, tudo isso é subsidiado. Há subsídios diretos e indiretos. Os diretos são financiamentos do Banco da Amazônia ou do BNDES, que aprovou recentemente projetos de frigorífico nessa região. Quem faz isso está criando a possibilidade da devastação para a pecuária. E os indiretos estão embutidos em todo o crédito agrícola, concedido com taxas de juro favorecidas, e que raramente é pago. Agora mesmo estão negociando com a bancada ruralista a anistia, a prorrogação dos créditos. Então, se houvesse um esforço sistemático de eliminar todos esses subsídios, a atividade desse tipo se tornaria inviável.

**E isso não custaria aos cofres públicos...** ao contrário, economizaria! O que acontece é que todos nós, você e eu, estamos financiando os devastadores, através dos impostos que pagamos.

**Mas por que isso continua, apesar de toda a pressão internacional para salvar a Amazônia?** Não é verdade que o Executivo brasileiro não pode controlar, ele não quer controlar. É claro que, falando assim, talvez de boa-fé o presidente Lula se sinta chocado, dizendo: "Mas como não quero? Eu quero, sim". Mas ele não quer pagar o preço que seria necessário para obter o resultado. Porque isso não é indolor.

**O preço político?** Sim. Ele teria de ir contra o governador de Mato Grosso, o governador de Rondônia, a governadora do Pará – são todas pessoas que apóiam o governo. As maiores contribuições de campanha da governadora do Pará vieram dos madeireiros. Então, tudo isso é um conjunto de cumplicidades. Salvo honrosas exceções, como a do governador do Amazonas, Eduardo Braga, que está empenhado em preservar a floresta, na maioria desses estados é quase impossível diferenciar o poder político do econômico.

Porque os madeireiros, os plantadores de soja, os criadores de gado, os que avançam nas terras públicas são os mesmos que são eleitos deputados, senadores. Eu, quando era ministro da Amazônia, tive uma experiência interessante. Fui convocado pela bancada amazônica. Naquele tempo era pior, porque o governador era o Gilberto Mestrinho, e a uma certa altura, eles me perguntaram sobre a questão das reservas indígenas. Eles são contra não só

Para preservar a Amazônia, Lula teria de ir contra os governadores de Mato Grosso, Rondônia e Pará – que o apóiam

a floresta, mas também contra os índios. E fizeram aquela pergunta clássica: se o governo não estava dando muita terra para pouco índio. Eu dei a eles a seguinte resposta: "Quer dizer que vocês favorecem o critério quantitativo, de pessoa por quantidade de terra? Aceitariam que se fixasse também para vocês que nenhum ser humano pode ter mais que uma determinada quantidade de terra?" Aí eles desconversaram, porque todos, ou a maioria, eram latifundiários, e tinham avançado sobre terras públicas.

**Mas se há uma conveniência política interna que leva ao desmatamento, o governo não perde muito no âmbito externo, em termos políticos?** Ele perde muito, mas, através dessas desculpas, dessas manobras, dessas meias-promessas, consegue sempre ganhar tempo. O governo está convencido, talvez até inconscientemente, de que vai conseguir superar todas essas questões internacionais empurrando com a barriga, como vem fazendo há décadas. Vou dar

um exemplo. Quando a Vale do Rio Doce ainda era estatal, e começou o gigantesco Projeto Carajás, teve uma responsabilidade imensa ao criar aquele pólo de ferro-gusa na região, onde começou o desmatamento para carvão. Naquele momento, a Comissão Européia quis reagir adotando medidas restritivas à importação de minério e de ferro-gusa. A Vale mudou de posição, e hoje em dia aparentemente ela combate essa prática. Mas o mal foi feito, as empresas de ferro-gusa estão lá, instaladas, continuam operando e, que eu saiba, não houve uma reação internacional como se deveria esperar. O governo brasileiro e a Vale conseguiram amainar a tempestade. E, cada vez que há uma vitória desse tipo, os devastadores se sentem mais em segurança. Estava lembrando o antecedente da luta contra a Inglaterra entre 1827 e 1850, para pôr fim ao tráfico de escravos. O Brasil enganava os ingleses, por isso que se criou na época a expressão "para inglês ver". O Brasil prometia de pedra e cal, assinava acordos, mas os desembarques continuavam. Até que o almirantado britânico foi autorizado pela Lei Aberdeen a apresar navios brasileiros dentro de águas territoriais brasileiras. Aí se tornou tão intolerável a pressão inglesa, que em 1850 o Brasil aprovou a Lei Eusébio de Queirós e em três anos acabou o tráfico, só teve um ou outro desembarque clandestino. O que provava que o Brasil podia. Usava-se o mesmo argumento: que o Brasil queria, mas não podia. Ou, para ser mais justo, ele queria, desde que fosse a um preço indolor.

**Nesse paralelo, a Amazônia depende então de uma pressão externa?** Eu temo que de duas, uma. Uma, que não vai haver nenhuma pressão externa e o Brasil vai destruir a floresta e pagar um preço, pois é a Floresta Amazônica que determina o regime de chuvas no Centro-Sul brasileiro – e até em Buenos Aires. E, portanto, a vantagem comparativa que temos em agricultura pode sumir em fumaça, literalmente. E aí não sei o futuro do Brasil, não estarei mais aqui para ver, a minha idade felizmente vai me poupar dessa tristeza.

Ou então vai haver uma pressão contundente o bastante para obrigar o Brasil a implantar medidas conseqüentes. Admito até uma solução intermediária, isto é, que haja pessoas no governo que querem fazer alguma coisa. Acho que a ministra do Meio Ambiente é honesta e sincera – tem pouco poder, mas merece todo apoio –, o Ibama, toda essa gente que está tentando melhorar. Só pra citar o caso da madeira, esse documento que se criou sobre o certificado de origem é um excelente passo. Não sou daqueles extremados que dizem que nada se está fazendo. O trabalho desses institutos e ONGs que estão estudando o local está contribuindo, mas é um esforço insuficiente, porque não tem havido uma prioridade real. Os americanos têm uma expressão de que gosto muito: "É preciso colocar o bolso no lugar em que está sua língua". Ou seja, prioridade que fica no discurso e não se traduz em dinheiro não é prioridade. Se continuarmos a ter dois ou três fiscais para fiscalizar os municípios em que está havendo maior devastação... eu vi o caso de um funcionário do Ibama que foi fazer um auto de autuação de destruição de uma área não autorizada e teve de pedir carona para o próprio devastador, porque o carro dele quebrou! Então, uma política efetiva é baseada em metas e em instrumentos para chegar a essas metas, recursos para fiscalizar, gente, Polícia, Exército.

Isso é só uma parte da resposta. A outra é que nem todos desejam (a

*proteção da floresta*). O ministro da Agricultura, eu não sei se deseja, embora tenha dito que as áreas já devastadas seriam suficientes para se aproveitar para a pecuária e a soja. Na prática, não é bem assim, porque área devastada tem de ser recuperada, tem um custo e é mais atrativo usar áreas virgens. Outros ministros aí têm dado essas declarações clássicas sobre soberania, porque, na hora em que aumentam a pressão e a crítica internacional, a saída brasileira é sempre aquela que foi condenada pelo famoso autor de dicionários inglês, o Doctor (*Samuel*) Johnson, que dizia: "O patriotismo é o último refúgio dos canalhas". Os canalhas sempre se embrulham na bandeira nacional. Assim foi com o tráfico de escravos, com a tortura no governo militar, com a destruição da floresta. Sempre a defesa de causas indefensáveis se dá em nome da soberania nacional. Diante dessas divisões que existem no Ministério, a posição do presidente, em um sistema presidencialista, é fundamental. Porque só o presidente pode dirimir os conflitos internos. Só ele que poderia traçar uma linha e dizer: essa é a linha de governo, essa é a linha do Brasil. Ao não

Os canalhas sempre se embrulham na bandeira nacional. Foi assim com o tráfico de escravos, a tortura e o desmatamento

fazer isso, a sensação que se cria é de que essa é uma preocupação apenas da ministra Marina. Quem é Marina Silva? Uma pessoa demissível, ao bel-prazer do presidente da República.

Dou um exemplo que muita gente hesitaria em dar, porque é de um presidente que ficou marcado muito negativamente

na História do Brasil, o Collor. Ele adotou duas medidas muito polêmicas, porque não se importou quanto ao potencial de conflito que geravam. Uma foi ter dado ao ianomâmis aquela reserva imensa de Roraima, contra a qual se levantavam todo o estado de Roraima e os militares. A outra foi a decisão de mandar cimentar aquele poço de testes nucleares que os militares tinham construído na Serra do Cachimbo. Ele foi pessoalmente lá e cimentou. Nesse caso agora, precisaria de um gesto dramático, desta dramaticidade. Collor não foi um bom exemplo em outras coisas, mas nisso foi.

**Qual sua opinião sobre as concessões florestais?** Olha, a idéia faria sentido para a Dinamarca ou para a Finlândia. Aqui, eu não sei, por causa da questão de fiscalização, da capacidade de orientar. Já que se quer fazer, teria que haver uma experiência piloto, para ver se funciona. (*leia artigos sobre concessões nas páginas 50 a 57*)

**Além do Executivo, qual o papel dos mercados para a conservação da floresta e a busca de produtos certificados?** Acho fundamental que participem, mas tenho dúvidas de que, sem o Estado, os mercados façam esse papel plenamente. Dei aquele exemplo do ferro-gusa. Apesar dos pesares, não houve um boicote internacional. Hoje mesmo essa companhia MMX-EBX, que saiu da Bolívia e está em Mato Grosso do Sul, é acusada de usar carvão vegetal e declarou que só terá carvão de madeira reflorestada em 2016. *(leia reportagem e artigos sobre certificação e comércio internacional às pág. 18 a 35)*

**Mas em relação à pressão dos mercados internacionais sobre a soja houve uma resposta...** Houve, houve também em relação ao óleo de palma da Indonésia e da Malásia. Acho que entidades como UE e países que importam a nossa soja e carne deveriam impor restrições, caso se comprove que o Brasil não é capaz de fazer isso por si próprio. O que está em jogo são valores mais altos, morais. Mas não sou tão confiante, porque os mercados não são tão virtu-

Os mercados não são tão virtuosos como parecem, pois ainda preferem os preços baixos e o produto certificado custa mais

osos como parecem. Pois ainda preferem preços mais baixos e os certificados custam mais. Ainda não atingimos esse nível de consciência socioambiental. Mas, à luz das negociações pós-Bali, como se tende a chegar a um regime internacional muito severo para os países ricos, em termos de restrições que terão de adotar em cortes de emissões, a partir desse momento vão começar a aplicar restrições severas a produtos que vêm de área não sujeita a limitações socioambientais. Acho que esse é um problema de médio prazo que o Brasil vai enfrentar com muita força.

A primeira manifestação disso será no etanol. Houve um relatório agora muito importante que inspirou a UE a só importar etanol com certificado que prove não estar diminuindo a biodiversidade em nenhum dos biomas e que a contribuição no balanço das emissões é bastante positiva. E no estado de São Paulo até hoje há queima antes da colheita e acusações repetidas das condições sociais deploráveis dos trabalhadores. No caso do etanol, uma dimensão é saber se o balanço energético e ambiental é bom. Isso você pode fazer por medições. Mas tem a questão social e há o complicador do protecionismo dos países consumidores. Alguns europeus acham que a salvação da agricultura européia não é mais a produção de alimentos, pois não conseguem competir com Brasil

e Argentina, mas a de biocombustíveis. O Pascal Lamy já questionou isso: se não é mais ambientalmente saudável comprar o alimento ou etanol produzido pelo seu vizinho do que importar gastando o óleo diesel da caldeira dos navios, aumentando as emissões. Vai ser complicado, será uma batalha entre muitos fatores.

**Se houver algum ajustamento na produção brasileira de etanol, será para atender a exigência de mercados?** Neste caso, sim. Os mercados ajudam, mas esse não é um tigre que possa ser morto com uma só bala. É preciso um conjunto de medidas, do governo brasileiro, da comunidade internacional e dos mercados, que não existem puramente. Por trás dos mercados europeus está a pressão dos governos e dos consumidores.

**O quanto essa pressão pode ser usada como argumento para imposição de barreiras não tarifárias no comércio internacional?** À luz das atuais normas comerciais tudo isso é discutível. O Brasil poderia facilmente contestar isso na OMC (*Organização Mundial do Comércio*). Até hoje não houve negociações que chegassem a um acordo para incorporar amplamente as questões ambientais às restrições comerciais. Existe alguma coisa, mas é pouco em relação ao desejável. Quanto à questão em si, jurídica, mesmo que o Brasil ganhasse, é aquela história, ganha, mas não leva. Anos atrás, os consumidores alemães começaram a pressionar para que não se com-

prasse mais papel de países que fizessem o embranquecimento da celulose com produtos clorificados, o que é muito nocivo ao meio ambiente. Na época, boa parte da produção brasileira se fazia com cloro. Teoricamente, essa era uma barreira ilegal no comércio. O Brasil, se quisesse, poderia ter contestado, ido à OMC. Mas aqui os grandes fornecedores do mercado alemão acabaram se dobrando à exigência, porque é aquela história, o cliente sempre tem razão.

**E quem se ajustasse ganhava uma vantagem competitiva.** Sim, mas o problema é quando tem um consumidor que aceita engolir qualquer coisa, por mais pirata ou criminosa que seja a atividade que a produziu, que é o caso do comprador chinês.

**Mesmo assim, a busca da certificação socioambiental de produtos e processos é um caminho inescapável para o Brasil?** É um caminho valiosíssimo. Quanto mais certificados tivermos para madeira, soja, carne, melhor será. Mas com uma cautela: certificar-se de que o certificado é honesto, pois, aqui no Brasil, se falsifica tudo. E também é preciso a conscientização do consumidor.

**Na corrida presidencial americana, vemos o candidato Barack Obama, com grandes chances de sair pelo Partido Democrata, dizer que o plano dele para mudanças climáticas é mais forte que o do republicano John McCain. Isso quer dizer que o clima já virou plataforma política, pelo menos nos países centrais?** Já. Acho que nos EUA há um fator que não se pode desprezar: 500 cidades de 25 estados – entre os quais a Califórnia, que sozinha representa o quarto PIB do mundo – já adotaram leis sobre as emissões. Algumas estão querendo adotar tetos mais severos que o da Inglaterra. Isso

prova uma evolução muito grande. O próprio setor de negócios e indústrias nos EUA está evoluindo muito. Isso se traduz nas campanhas políticas.

**O que pode haver de inovação e criatividade no desenvolvimento de novas frentes ligadas à sustentabilidade?** É um imenso campo. Uma das muitas soluções para o problema da sustentabilidade é aquela que replaneja a vida humana em todos os seus setores, desde o tipo de casa em que se mora, o tipo de veículo que se usa, até o próprio urbanismo das cidades. Abu Dhabi resolveu investir não sei quantos milhões de dólares para construir no meio do deserto uma cidade de 40 mil habitantes, que será uma cidade ambientalmente avançada em vários aspectos. Tudo isso exige uma mudança do próprio *design* das coisas. Enquanto isso, nós aqui festejamos o centenário do Oscar Niemeyer. Ele não é um arquiteto que mereceria um grande prêmio desse ponto de vista, porque nunca teve preocupação com essas questões de natureza ambiental. Em geral, os projetos da geração de arquitetos que ele representa dependem fortemente de ar condicionado, de iluminação artificial, basta ver os prédios do Congresso Nacional. Até hoje isso é visto no Brasil como um modelo. Estamos festejando uma arquitetura que é bonita, mas é uma arquitetura dos anos 50, com princípios de Le Corbusier dos anos 30! Não quero censurar a grandeza do arquiteto, mas os alunos de arquitetura agora deveriam se encaminhar no sentido oposto ao dele...

**O senhor, que esteve à frente do tema economia criativa quando secretariava a Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), que definição faz desse conceito?** É todo tipo de atividade econômica que depende muito menos do capital, da força de trabalho, dos recursos naturais, e mais das idéias, dos fatores intangíveis. Um caso típico é toda a economia do *software*. E também de grande parte da indústria da diversão, cinema, rádio, televisão, música *(leia reportagem sobre o tema à pág. 58)*.

**O que a economia criativa pode trazer de benefícios em termos de sustentabilidade, para que serve e que diferencial pode trazer para a sociedade que a desenvolve?** É uma economia muito menos intensiva em energia e, assim, incide menos sobre recursos naturais. Além disso, hoje cada vez mais está se tornando o grande dinamismo das economias maiores. Na Inglaterra, o conjunto das indústrias criativas já é o maior responsável pelos números de emprego e pela produção em termos percentuais. O setor de serviços que mais se desenvolve hoje é a economia criativa. Não é a toa que a Inglaterra lança de tudo que é *design* e moda, como fez com a minissaia. Embora os EUA tenham criado o rock'n'roll, os grandes grupos de rock eram ingleses ou irlandeses – os Rolling Stones, os Beatles. Hoje em dia, a Inglaterra vive da inventividade. Em matéria de indústria, não tem quase mais nada. Ela fez a Revolução Industrial, mas ficou com muito pouco disso. Cada vez mais as sociedades avançadas vivem de idéias ou de ócio. *(John Kenneth Galbraith já dizia isso. À medida que aumenta o índice de renda das pessoas, gasta-se menos da renda com alimentos ou roupa e mais com teatro, música, computador. E a indústria criativa é a que fornece essas coisas. São bens que, quanto mais você consome, mais quer consumir, não enjoa consumir música, filmes, programa de computador.*

**E o Brasil, que ainda tem muita demanda pelas questões fundamentais, como fica em relação à economia criativa?** O Brasil teria condições muito boas, porque é culturalmente forte, tem uma marca forte. Na Unctad, notamos que nesse campo não há oportunidade apenas para os que são muito desenvolvidos. No caso da tecnologia, sim, mas na música popular, por exemplo, não. No nosso primeiro programa, fomos para a Jamaica, que é um país curioso, e é paupérrimo. No entanto, boa parte desses ritmos, como o reggae e o calypso, nasceu lá. A combinação de africanos, cultura da cana, trópicos, tudo fez da Jamaica um lugar muito criativo. Os artistas jamaicanos têm ido sempre para Inglaterra e EUA. E, embora muitos desses ritmos tenham nascido da cultura popular, não tinham nenhum autor, então o povo da Jamaica lucrava muito pouco com isso. Os grandes criadores já moravam nos EUA ou na Inglaterra e os direitos ficaram para duas companhias. Tem duas companhias que dominam quase todo o *copyright* musical do mundo – Warner e tal dominam tudo. O que ia para a Jamaica era mínimo. Depois começamos em Cuba, que é ex-

Não quero censurar a grandeza de Niemeyer, mas do ponto de vista ambiental, alunos de arquitetura deveriam ir no sentido oposto a ele



tremamente criativa em música e dança. A influência que os cubanos tiveram no jazz americano é enorme. Mas também recebem muito pouco. E o Brasil segue a mesma linha. Então como fazer isso? Teria de criar companhias de disco aqui mesmo. Usar padrões daqui para fazer moda. Há várias maneiras de se buscar isso, para que a renda fique na economia daqui.

**Além dos benefícios econômicos, quais outros poderia haver na linha de fortalecimento da identidade, de desenvolvimento nacional?** Seria uma forma de mostrar que culturas locais podem ter uma grande marca na economia mundial, mesmo em países que relativamente atrasados, como os da África. Quando fizemos a Unctad aqui, não conseguimos dinheiro, mas queríamos trazer esses grupos africanos para um grande concerto que iria se chamar "A Riqueza dos Pobres", porque a riqueza cultural está em toda parte.

**Isso mesmo em um país com educação fundamental precária como o Brasil?** Isso não depende do sistema educacional. O Cartola, a educação fundamental que ele teve foi mínima. A Clementina de Jesus, não sei nem se teve. É um talento que foi desenvolvido nas comunidades, teve um processo de aprendizado, mas que não foi formal, não precisa ser formal. P22



Destino

# SELADO

A busca por produtos com certificados sociais e ambientais aparece como tendência irreversível e valiosa ferramenta para a prática da sustentabilidade nos mercados. Esse mundo de garantias, entretanto, ainda precisa de clareza e credibilidade para ser capaz de cumprir seu papel

POR **Carolina Derivi**





Selos sustentam valores verificáveis na prática empresarial, mas as múltiplas

mensagens podem inibir o consumo responsável



**Um em cada três brasileiros**, independente da faixa etária ou classe social, percebe os impactos socioambientais de suas ações de consumo e se declara predisposto a dar preferência a produtos mais sustentáveis — conforme já revelou, em 2006, a pesquisa do Instituto Akatu “Como e por que os brasileiros praticam o consumo consciente”. Os resultados, obtidos com 1.275 moradores de 11 capitais nas cinco regiões geográficas, são alvissareiros e refletem a maior preocupação com a sustentabilidade. Mas, entre as boas intenções e a prática, uma grande pedra logo aparece no meio do caminho. Por ironia, o aumento dessa preocupação tem levado a uma profusão tão vertiginosa de selos, certificados e peças publicitárias que o resultado é um consumidor desorientado, iludido ou informado de maneira inadequada.

Diferentemente das práticas publicitárias mais comuns, que em geral buscam atrelar as marcas a valores aleatórios como beleza, juventude e aventura, os selos propõem-se a certificar valores verificáveis na prática empresarial. Entretanto, para a socióloga Lisa Gunn, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a boa vontade dos compradores pode ser insuficiente diante do trabalho de “traduzir” as diferentes mensagens que cada produto apregoa. “Existe um gap entre a consciência do comprador

e a disposição em fazer com que isso interfira nos hábitos de consumo. A informação não está disponível, apesar de ser um direito básico previsto no Código de Defesa do Consumidor.”

#### Tem de ralar

Andréa Wolffenbüttel, porta-voz do Akatu, organização dedicada a estimular o consumo consciente ou responsável, concorda: “Há nomenclaturas e procedimentos que ainda não são claros para todo mundo. Por enquanto, para quem quiser consumir com responsabilidade, não tem jeito: vai ter de ralar um pouquinho...”

Nesse exercício, os chamados selos verdes, símbolos que se propõem a atestar determinada característica ambiental ou socioambiental a produtos e empresas, são valiosas ferramentas para orientar o consumidor em suas escolhas. O selo Anjo Azul, o primeiro filho dessa linhagem, nasceu em 1978, na Alemanha. Cinco anos depois, uma pesquisa realizada a pedido do governo alemão, criador do Anjo Azul, indicava que 88% dos entrevistados sabiam o que ele representava e 57% davam preferência a mercadorias certificadas. Hoje, cerca de 3.700 produtos e serviços em 80 categorias carregam o selo.

No Brasil, o movimento de certificação voluntária concentrada em diferenciais ambientais teve início no começo da década de 90, com os alimentos orgânicos. Um fator decisivo para o nascente nicho de produtos certificados foi a necessidade de adequação aos critérios estabelecidos nos mercados internacionais. O mesmo se pode dizer do Forest Stewardship Council (FSC), que controla o principal selo para produtos florestais e é responsável por um terço das florestas certificadas, naturais ou plantadas, em todo o mundo. Estabelecido no Brasil apenas em 2002 — tendo sido fundado em 1990 —, o FSC certifica uma produção quase inteiramente voltada para exportação.

“Há um tempo achavam que a madeira e o papel brasileiros eram fruto da destruição da Amazônia. A certificação tornou-se quase obrigatória. Foi importante para garantir o nosso acesso ao mercado internacional”, diz Rubens Garlipp, presidente da Sociedade

Entenda o que é o quê



FSC

**O que certifica?** Áreas e produtos florestais. O primeiro tipo atesta que a floresta é manejada de acordo com princípios e critérios estabelecidos pelo FSC. Já a certificação de produto se dá com base na rastreabilidade da cadeia de custódia, ou seja, a certificadora verifica se a matéria-prima utilizada vem de uma área certificada. Nesse caso, todos os agentes pelos quais passa o material até se transformar no produto final também devem receber um certificado (Ex: floresta → serraria → marcenaria → loja). Há dois tipos de selo de produto: o que atesta que o material é 100% certificado e o selo misto, segundo o qual no mínimo 70% do material é certificado. O restante deve ter origem em fontes legalizadas e “não controversas”.

**Quem certifica?** Entidades credenciadas e fiscalizadas pelo FSC em todo o mundo.

**Qual a mensagem?** O FSC estabelece 10 princípios, entre os quais a obediência às leis ambientais locais, a regularização fundiária, o respeito aos direitos de povos indígenas e populações tradicionais, incentivos ao uso eficiente de múltiplos produtos e serviços florestais.

**As normas são públicas?** Sim. Podem ser acessadas em [www.fsc.org.br](http://www.fsc.org.br)





o consumidor precisa lidar sozinho com sua enorme responsabilidade sobre o planeta. “É preciso saber que cada selo traz uma mensagem. O consumidor tem de ser capaz de compreender aquela mensagem, e distinguir se aquilo é o que procura”, ensina Luís Fernando Guedes Pinto, coordenador do Imaflora, uma das certificadoras do selo FSC.

### Salada orgânica

Poucos setores enfrentaram tanto a mistura de mensagens quanto o da agricultura orgânica. Pioneiro da certificação ambiental no Brasil, o mercado de alimentos produzidos sem fertilizantes e agrotóxicos acabou por dar origem a mais de 30 certificadoras em atividade no Brasil. Cada uma utiliza critérios próprios, pensados para facilitar a exportação a diferentes mercados, como o japonês, o europeu e o americano.

“Assim, o consumidor brasileiro adquire um produto rotulado e certificado como orgânico, mas que pode ter sido feito sem respeito à legislação trabalhista, em unidades de processamento não legalizadas e com água não apropriada para consumo humano, porque esses itens não fazem parte das legislações ou das normas de certificação de determinada certificadora”, explica José Pedro Santiago, diretor do Instituto Biodinâmico, uma das entidades que se propõem a certificar alimentos orgânicos.

Recentemente, o governo federal aprovou decreto que regulamenta o setor e estabelece critérios mínimos para a certificação. Se tudo sair conforme o esperado, dentro de dois anos todas as certificadoras devem estar falando a mesma língua. Enquanto isso, algumas empresas que se utilizam de organismos geneticamente modificados (OGM) começam a identificar seus produtos com o selo em que aparece um “T” dentro de um triângulo. Ponto duplo para a transparência no mercado de alimentos.

### Começo de conversa

O passo inicial para lidar com os selos verdes é saber diferenciar a certificação, concedida por terceiros, dos selos autodeclaratórios. O segundo tipo diz respeito a certificados que as empresas concedem a si mesmas, sem a fiscalização de um órgão externo que



### Biogarantia (Orgânicos)

**O que certifica?** Produtos agropecuários.

**Quem certifica?** Quatro das principais certificadoras de orgânicos no País: Ecocert, CMO, IMO e Control Union Certification (Skal International), reunidas em um único padrão normativo, batizado de “Biogarantia”. Cada uma usa seu próprio selo.

**Qual a mensagem?** O alimento certificado é produzido sem adição de fertilizantes e demais substâncias de síntese química voltadas para o controle de pragas e amadurecimento rápido. No caso de alimentos de origem animal, é proibido o uso de antibióticos ou substâncias promotoras de crescimento na alimentação dos rebanhos.

Além da produção, as certificadoras estabelecem um conjunto de regras também para transporte e comercialização. O selo de produto indica que 95% dos ingredientes são orgânicos. Há também a versão de selo “produto com ‘x%’ de ingredientes orgânicos”, com limite mínimo de 70%.

**As normas são públicas?** Sim. Não estão disponíveis na internet, mas uma cópia digital pode ser solicitada à Associação de Agricultura Orgânica (AAO) — [www.aao.org.br](http://www.aao.org.br).

**IBD (Orgânicos)**

**O que certifica?** Produtos ►►

Saber diferenciar a certificação de selos autodeclaratórios é o primeiro passo

para separar o joio do trigo e escolher conscientemente

Brasileira de Silvicultura (SBS), criadora do sistema Cerflor de certificação florestal.

Sem tradição de *Eco Consumer*, denominação dada a consumidores de produtos sustentáveis na Europa, e diante de preços em muitas vezes mais adequados a países desenvolvidos, o público brasileiro apenas começa a se relacionar com o mundo dos selos verdes, que abarca uma miríade de produtos e processos, a começar de alimentos, aparelhos eletrônicos, madeira, papel, tecnologia etc. *(leia, ao longo desta reportagem, os perfis de alguns dos principais selos de produtos comercializados no Brasil).*

### Ilusão de óptica

Um exemplo. O telespectador mais atento já deve ter reparado que, nas propagandas de automóveis, é mostrado um pequeno símbolo, que lembra o logo do Ibama. Trata-se do selo do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), criado em 2002. Ele atesta que o veículo atende a uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), de 1986, sobre controle de gases emitidos pelo motor.

Ali, no comercial de TV, o consumidor pode ter a impressão de que se trata de um diferencial, um atestado de qualidade ambiental do Ibama, quando na verdade informa apenas uma conformidade obrigatória, determinada por lei.

Há confusão também quanto ao universalmente conhecido símbolo da reciclagem, com as três setas em triângulo. A imagem vem sendo usada tanto para designar produto passível de reciclagem quanto aquele feito com material reciclado. Diante da imprecisão,

garanta a veracidade das informações, como é o caso do selo para reciclados.

Um exemplo é o selo “Garantia de Origem”, criado há dez anos pelo grupo Carrefour. A rede certificou, com auditoria própria, 250 de seus fornecedores, aplicando o selo em 87 produtos. Segundo a assessoria de imprensa, os auditores do grupo Carrefour checam anualmente essa parcela de fornecedores quanto às técnicas de manejo, a preservação de mananciais, o respeito à legislação trabalhista, entre outros requisitos.

Os sistemas de maior prestígio em todo o mundo são os chamados de “certificação de terceira parte”. Nesses casos, a responsabilidade compartilhada em três níveis de ação abre maior possibilidade de transparência e de fiscalização. Um organismo independente formula os critérios e as normas, credita e fiscaliza entidades certificadoras, que, por sua vez, são responsáveis pela concessão do selo às empresas interessadas.

No Brasil, o fórum oficial para normalização é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), credenciada pelo Inmetro e membro do International Organization for Standardization (ISO). É a ABNT que controla e credencia as certificadoras da série ISO 14000, um conjunto de normas voltadas para qualidade ambiental das empresas. Criada em 1993, na esteira da comoção mundial provocada pela Conferência Eco-92, a série inaugurou o primeiro conjunto de normas internacionalmente reconhecidas. Entretanto, apenas a norma 14001, que trata de gestão ambiental, é passível de certificação.

O selo atesta que foram implantados mecanismos de redução de impactos ambientais e que existe um sistema de monitoramento para aperfeiçoar constantemente esse





CONSUMO  
SCIENTE

# REDUÇÃO DE IMPACTOS

CERTIFICADO

Reunir as funções de normatizador e certificador na mesma entidade pode

procedimento. Mas não há garantias de que determinado produto foi desenvolvido com as melhores práticas. “Empreender um sistema de gestão ambiental na empresa é muito diferente de ter um produto com certificado ambiental”, alerta Lisa Gunn. Ela explica que a chamada “certificação de produto” pressupõe análise do ciclo de vida específico daquele bem, desde a matéria-prima até o descarte. “Mesmo assim, tem muita empresa que usa o selo ISO 14001 no produto. Estão induzindo o consumidor ao erro.”

Para Rachel Biderman, pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e especialista em consumo sustentável, seja no caso dos selos autodeclaratórios, seja naqueles concedidos por terceiros, é preciso desconfiar: “Quando há o certificado de terceira parte, a chance de se tratar de um produto melhor do ponto de vista ambiental é muito maior. Mesmo assim, a certificação não é panacéia. Problemas sempre podem ocorrer.”

No ano passado, até o poderoso FSC enfrentou essa desconfiança. Grupos ambientalistas denunciaram que a papelaria Asia Paper, que oferece produtos certificados pelo FSC, estaria promovendo grande devastação de florestas naturais na ilha de Sumatra, Indonésia, pondo em risco a sobrevivência de espécies de tigres, elefantes e orangotangos.

Ana Yang, secretária-executiva do FSC-Brasil, explica o episódio: “A nossa certificação não é para a empresa, mas para uma área florestal. Você pode ter uma empresa que tem dez áreas, das quais só cinco são certificadas. Sobre as demais a gente não tem controle. Acho que foi isso o que se passou com a Asia Paper”.

Segundo Roberto Waack, vice-presidente do Conselho Internacional do FSC, a partir

configurar conflito de interesses, dizem especialistas

desse caso, os critérios para concessão do certificado foram revistos. “Empresas de grande porte que têm práticas inaceitáveis em qualquer parte do planeta e controlam pequenas operações certificáveis não poderão mais ter o selo”, garante.

Impasses como o enfrentado pelo FSC são comuns na indústria da certificação. Os problemas aparecem também porque a velocidade da disseminação dos selos precisa atender a uma demanda cada vez maior por produtos sustentáveis. Diante do apelo e da busca pelo “consumo ecológico”, fica a pergunta: não estaria se enfraquecendo a mensagem de que sustentável mesmo é consumir menos?

“Concordo plenamente”, diz Lisa Gunn. “É uma cortina de fumaça no sentido de que a sustentabilidade virou lugar-comum. Um exemplo é o debate sobre as mudanças climáticas. Isso se transformou em: ‘Calcule aí as suas emissões, plante árvores, que fica tudo certo’. Não é suficiente. É preciso repensar os padrões de consumo.”

## O selo da moda

Em 2007, nenhum selo ambiental ganhou tanta popularidade quanto o fenômeno *Carbon Free*. O programa para compensação de emissões de carbono, um dos gases causadores do efeito estufa, foi inaugurado no Brasil em 2005, pela ONG Iniciativa Verde. Mas o selo, que combina as imagens de uma árvore, uma nuvem e o sol, apareceu pela primeira vez para certificar a São Paulo Fashion Week, em fevereiro do ano passado.

A partir daí, o *Carbon Free* caiu nas graças de empresas e pessoas físicas. Francisco Maciel, diretor fundador da Iniciativa Verde, conta que não esperava tamanha procura pelo selo, ou pictograma, como prefere chamar: “Quando criamos a Iniciativa, o nome era Green Initiative, porque a nossa expectativa era conseguir sensibilizar empresas de fora do País para compensar aqui. Nunca imaginamos que fosse virar uma moda no Brasil”.

No universo das certificações, a credibilidade do procedimento adotado para compensação de carbono é passível de críticas. A mesma entidade que formula as normas e os critérios é paga pelos interessados em aderir ao programa e também autoriza o uso do selo, o que para alguns dos especialistas consultados pela reportagem configura “conflito



agropecuários

**Quem certifica?** O Instituto Biodinâmico, com base em normas próprias.

**Qual a mensagem?** Além das normas mínimas para produção orgânica, a certificadora também cobra nas propriedades rurais, *in loco*, obediência ao Código Florestal Brasileiro, recomposição de matas ciliares, preservação de mananciais, respeito à legislação e aos acordos internacionais de trabalho, entre outros requisitos. O instituto também trabalha com outros tipos de selo, como o de orgânicos, baseado nas normas da International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM), o selo de “ingredientes naturais” e o de “não transgênico”.

**As normas são públicas?** Sim. Podem ser acessadas em [www.ibd.org.br](http://www.ibd.org.br)



## Rainforest Alliance Certified

**O que certifica?** Propriedades rurais e produtos agrícolas.

**Quem certifica?** O Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), com base em normas estabelecidas pela Rainforest Alliance, braço para certificação da Rede Internacional de Agricultura Sustentável.

**Qual a mensagem?** Similar ao sistema FSC, essa certificação é guiada por dez princípios, ►►

CARBON  
Free

SELO  
VERDE



**ELO  
ERDE**

**MUNDO**

**CARBONO**

**ZERO**

**CERTIFICADO**

**PRODUTO  
CERTIFICADO  
SUSTENTÁVEL**

to de interesses". A norma ISO 14024, que serve para orientar a rotulagem ambiental, estabelece 15 princípios a ser seguidos para garantir a conformidade dos selos, entre os quais o Princípio 13: "Programas de rotulagem devem estar aptos a demonstrar que suas fontes de recursos não criam conflito de interesses".

Maciel defende a proposta da Iniciativa Verde diferenciando-a dos certificados: "O Carbon Free não é um selo, é um programa. Quando você vê a marca registrada, percebe que determinada entidade aderiu ao conceito desse programa. Nós não somos auditores, mas trabalhamos com o máximo de transparência, de modo que qualquer pessoa possa nos auditar. O problema é que fomos copiados por um sem-número de empresas que acham que isso é um negócio". Segundo Maciel, os recursos destinados pelas empresas são integralmente aplicados no programa e os inventários estão disponíveis na internet.

Se o futuro da certificação socioambiental estiver pautado pela seriedade e pelo respeito ao consumidor, a tendência é que paulatinamente se enfraqueçam mensagens como "ecologicamente correto" ou "amigo do meio ambiente", para dar lugar a selos de significado claro e cada vez mais específico. Ao menos é o que garante César Augusto de Paula Pinto, coordenador técnico do Instituto Falcão Bauer,

entidade que desde 1992 atua como certificadora de normas controladas pelo Inmetro em diversos produtos.

#### Variações do tema

No fim do ano passado, o instituto apostou pela primeira vez na formulação de normas e critérios e lançou o Selo Ecológico Falcão Bauer, em parceria com o Instituto para o Desenvolvimento da Habitação Ecológica (IDHEA). A iniciativa aposta no sistema gradual de certificação, com selos diferentes para mensagens diferentes. "Existem no mercado vários entendimentos de sustentabilidade de produtos. A gente resolveu abrir isso para deixar bem claro em que estágio está a empresa", explica César Pinto.

O Selo Ecológico terá cinco variações, certificando desde produtos que — apesar de não serem propriamente sustentáveis — "são a única opção de baixo impacto ambiental disponível no mercado" até aqueles cuja fabricação "envolve diretamente aspectos sociais e ambientais da comunidade vizinha à indústria".

Até o momento, 50 empresas já solicitaram a certificação, a maioria do setor de construção civil. Inicialmente, serão certificados produtos e tecnologias nos setores da construção civil, da indústria química e de móveis. Dentro de dois meses, o Instituto Falcão Bauer deve anunciar a formação de um conselho consultivo, formado por ambientalistas, clientes e fornecedores, para debater continuamente os critérios adotados.

Outra tendência para facilitar a vida do consumidor é a padronização de normas em setores específicos, a exemplo do que vem acontecendo com a agricultura orgânica.

Desde 2006, 19 entidades das áreas social, ambiental e econômica debruçaram-se sobre a ambiciosa proposta de criar uma referência socioambiental única para o meio rural e formaram a Iniciativa Brasileira para Criação de um Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária. Apartado dos critérios específicos para produtos orgânicos ou florestais, o selo estaria voltado para verificação da propriedade rural.

"Hoje você até pode ter, por exemplo, um café certificado, mas na mesma propriedade tem soja produzida com desmatamento ilegal. Para combater o desmatamento, é funda-

O genérico "ecologicamente correto" tende a dar lugar a selos de significado

mais específico e normas padronizadas em cada setor

mental a certificação chegar à propriedade. Com isso, tem-se o básico para avaliar todas as cadeias agropecuárias", explica Mario Menezes, secretário-executivo da organização.

Se o plano vingar, um dos grandes trunfos será o enquadramento da pecuária no sistema de certificação. A atividade é apontada por ambientalistas como o principal vetor de desmatamento na Amazônia, região onde impera o déficit de regularização de terras. Hoje, o principal sistema para rastrear essa cadeia é o Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov), controlado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Voltado para o controle sanitário, questão-chave para aceitação da carne brasileira nos mercados internacionais, o sistema ignora os aspectos fundiário e ambiental. "O Brasil ainda tem sorte de conseguir exportar carne, as barreiras poderiam ser muito maiores", aposta Menezes, referindo-se ao avanço de uma nova forma de protecionismo no sistema multilateral de comércio, baseada em restrições sanitárias, fitossanitárias e ambientais (*leia mais em artigo à pág. 32*).

Mais uma vez, expectativas em relação às exigências do mercado internacional moldam padrões de produção no Brasil, enquanto se espera que o ecoconsumidor nacional amadureça ainda mais para impor o peso de suas escolhas. Como escreve Ricardo Abramovay, professor titular do Departamento de Economia da FEA, em artigo à página 28, a certificação é uma conquista pública importante, capaz de interferir no comportamento dos mercados. Mas, para isso, os atores sociais — consumidores e produtores — devem saber como usar esse poder. Decifrar esse universo de siglas e selos é só o primeiro dos desafios. ■

como a observância da legislação ambiental nacional, proteção da vida silvestre, conservação dos recursos hídricos, respeito à legislação trabalhista, conservação do solo, entre outros. Os produtores certificados também devem desenvolver sistemas de gestão ambiental e social.

Os produtos que carregam o selo também são submetidos a uma análise de rastreabilidade da cadeia de custódia.

**As normas são públicas?** Sim. Podem ser acessadas em [www.imaflora.org.br](http://www.imaflora.org.br)



#### Procel

**O que certifica?** Alguns tipos de eletroeletrônicos como geladeiras, televisores, máquinas de lavar roupa e até lâmpadas.

**Quem certifica?** O Inmetro, com base nos critérios do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel).

**Qual a mensagem?** São medidos em laboratório os níveis de eficiência energética em cada categoria de produtos, em uma escala que vai de A (mais eficiente) a G (menos eficiente). Os produtos que carregam o selo alcançaram os melhores resultados da categoria, normalmente classificados na faixa A.

**As normas são públicas?** Não. As normas técnicas ficam a cargo de uma comissão composta por sete entidades, entre elas Idec e Inmetro. No site da Eletrobrás é possível acessar o regulamento para certificação ([www.eletrabras.gov.br](http://www.eletrabras.gov.br)). ■

# A utopia dos mercados transparentes

A melhor tradição das Ciências Sociais estabelece uma cisão radical entre os mercados e os valores mais importantes da existência humana. A certificação, capaz de orientar os mercados para que sirvam a finalidades estabelecidas por valores — justiça, igualdade e preservação ambiental, por exemplo —, é, à primeira vista, uma contradição em seus termos. Ou, pior, não passa de propaganda enganosa.

Desde Michel de Montaigne (1533-1592) até o Iluminismo do século XVIII, os interesses dos indivíduos associam-se àquilo que, na *Fábula das Abelhas*, Bernard de Mandeville (1670-1733) chamou de vícios privados. É bem verdade que Adam Smith (1723-1790) fez imenso esforço para mostrar que a busca do auto-interesse, no plano material, que dá origem à virtude pública da prosperidade, não pode ser moralmente condenada. Mas ele mesmo reconhecia que, quanto mais cada um de nós volta-se para seus próprios negócios — com a condição importante de que todos igualmente o façam —, maiores são as chances de uma ordem social justa. A capacidade de o cervejeiro e o açougueiro proverem os bens de que necessitamos não se origina em sua compaixão pela humanidade, mas na tentativa de ganhar dinheiro. Sua própria honestidade é instrumental, como mostrou o célebre amigo de Adam Smith, David Hume (1711-1776), já que resulta tanto da concorrência

Capaz de guiar a produção e o consumo segundo valores como justiça, igualdade e preservação ambiental, a certificação é uma importante conquista pública. Mas pode ser objeto de captura por interesses privados



como do desejo de preservar a reputação e guardar a clientela.

Este é, em grande parte, o ponto de partida da reflexão de Karl Marx (1818-1883) quando analisa — naquelas que estão entre as mais belas páginas do pensamento social de todos os tempos — o fetichismo da mercadoria. A opacidade e a intransparência são os traços decisivos do mundo das mercadorias. O processo social de cooperação entre os homens aparece travestido sob a forma de preços dos produtos. As decisões sobre como investir os recursos, no capitalismo,

escapam a qualquer modalidade de inteligência planejada e respondem ao que Marx chama de anarquia da produção. Apoiar a virtude pública da prosperidade sobre o vício privado da ignorância deliberada com relação ao que fazem os outros é a origem não só das crises, mas da devastação que acompanha inevitavelmente o capitalismo. Só o planejamento democrático e o uso diretamente social dos grandes meios de produção e troca poderiam contrapor-se a essa destruição.

A tradição dominante na economia tomou, evidentemente, rumo bem diferente daquele que marca a reflexão de Marx e consagrou a idéia de que, deixados a seu livre funcionamento, os mercados são capazes de sinalizar aos indivíduos abundância e escassez e, por aí, funcionam como os melhores mecanismos possíveis para alocação dos recursos em uma sociedade de massas. As imperfeições daí decorrentes — os efeitos externos indesejados do funcionamento dos mercados, conhecidos como externalidades — devem ser corrigidas basicamente pela intervenção do Estado por meio de taxas, incentivos e proibições. Mas a condição decisiva para o funcionamento da liberdade de mercado nesta tradição é idêntica à que marca o nascimento da economia política como ciência: o bem-estar social resulta das ações humanas voltadas à busca do auto-interesse e não das inten-

ções de um demiurgo capaz de orientar a sociedade sobre a melhor maneira de usar seus recursos.

## Inspirar confiança

Uma das mais importantes conquistas intelectuais da ciência econômica de nosso tempo está na constatação elementar de que a fluidez das operações relativas às trocas nas sociedades contemporâneas é extremamente problemática.

Em sociedades complexas, inspirar a confiança necessária às transações econômicas é extremamente custoso, razão pela qual as instituições têm a missão decisiva de reduzir os custos de transação, favorecer o reconhecimento dos direitos de propriedade e forçar o cumprimento dos contratos estabelecidos: as instituições desempenham papel decisivo para a conquista da prosperidade. Mas, mesmo na chamada nova economia institucional, os mercados preservam sua natureza opaca e o papel das instituições é reduzir a incerteza quanto a seu funcionamento.

Terá a certificação o poder de propiciar o surgimento de mercados transparentes, contrapondo-se, portanto, a essa larga tradição científica em que a vida social só pode se esconder — e nunca se revelar — nas operações mercantis? É possível a produtores e consumidores receberem dos mercados sinais confiáveis a respeito dos





impactos do uso de seus recursos sobre a sociedade e a natureza? O que está em jogo na resposta a estas perguntas é um tema estratégico para a mudança social nos dias de hoje: de que maneira, no âmbito de uma economia descentralizada, os atores sociais conquistam o poder de interferir sobre o uso dos recursos sociais.

A idéia de que essa interferência supõe a abolição do mundo das mercadorias e a generalização da propriedade social dos meios de produção marcou tragicamente a história do século XX e não se inclui hoje entre as aspirações mais importantes das forças de transformação do mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo, deixar que o mercado responda de forma livre, autônoma, soberana e mecânica às aspirações sociais é condenar-se à destruição. Portanto, a interferência social consciente, voluntária e deliberada sobre o funcionamento dos mercados exprime o fato de que os atuais processos de mudança social não resultam apenas do que faz o Estado e da pressão sobre ele exercida, mas da capacidade com que atores associativos (junto com o Estado, bem entendido) terão de interferir sobre os comportamentos privados.

Se isso é verdade, o maior desafio da certificação não está tanto em garantir sua confiabilidade — o que já é difícil —, mas, sobretudo, em permitir que ela seja um caminho pelo qual interesses populares possam se exprimir. Um exemplo do alcance e dos limites da certificação no âmbito do café orgânico e da madeira é oferecido por pesquisadoras do Núcleo de Economia Socioambiental da USP, do Instituto de Economia Agrícola e do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement, o Cirad [Maria Célia SOUZA, Isabel Garcia Drigo e Marie-Gabrielle Piketty (2006). “Certificação do café orgânico e da madeira no Brasil: um caminho para a sustentabilidade?” Informações Econômicas, SP, v. 36, n. 11, nov, pp. 42-56.]. O trabalho mostra que o acesso dos produtores a mercados de qualidade é parte de uma luta social e supõe a detenção de contatos, capacidades, conhecimentos e organizações que não existem espontaneamente.

A certificação é uma conquista pública importante, mas pode ser objeto de captura por interesses privados e dar lugar a processos destrutivos de diferenciação social entre produtores. Sem a presença ativa do Estado

— tanto na fiscalização como no auxílio à edição de normas de funcionamento —, os resultados da certificação são precários. Ingressar em métodos produtivos — ou de extração — passíveis de certificação exige um processo de transição custoso e para o qual não há financiamento público ou privado.

A certificação pode representar possibilidades inovadoras de geração de renda para os que estão em situação de pobreza ou, ao contrário, o fechamento de oportunidades a sua emancipação social. Qual destes caminhos vai prevalecer? Dependerá da capacidade de luta e, sobretudo, das habilidades sociais que os diferentes atores serão capazes de acumular durante a construção desses mercados. P22

---

*\*Professor titular do Departamento de Economia da FEA, coordenador do Núcleo de Economia Socioambiental e pesquisador do CNPq*

# Comércio: 60 anos de controvérsias



Muitos perguntam se há o que comemorar no aniversário do Gatt, pois temas importantes de eqüidade social e de respeito ao meio ambiente ainda não foram incorporados adequadamente ao sistema de negociação entre os países

**Criado em 1947**, o Acordo Geral de Comércio e Tarifas – Gatt, na sigla em inglês – foi definitivamente implantado em 1948. Neste ano, portanto, torna-se sexagenário. Muitos se perguntam se há o que comemorar, pois temas importantes de eqüidade social e respeito ao meio ambiente ainda não foram incorporados adequadamente ao sistema multilateral de comércio, apesar da maior integração global vivida neste século XXI. E há quem aponte uma crise de legitimidade da instituição que rege, entre as nações, a compra e venda de muito mais que mercadorias e serviços.

Antes de avaliar conquistas e dilemas, conhecer a origem do Gatt é uma forma de entender como funciona o atual sistema de comércio, que tanto influencia a vida das

peças nos diversos países do mundo, na condição de consumidores e cidadãos.

Terminada a Segunda Grande Guerra, começaram os esforços para reconstruir as áreas devastadas e manter um estado de paz duradouro. Nesse sentido, foram formadas entidades intergovernamentais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, e a maior de todas, a Organização das Nações Unidas.

Esperava-se também criar a Organização Internacional do Comércio para administrar regras entre os países e evitar que disputas comerciais se tornassem conflitos bélicos. O protecionismo passou a ser visto em certas esferas como uma ameaça à paz – o que fazia algum sentido, pois em meados do século XIX os EUA haviam for-

çado a abertura do mercado japonês com a ameaça de canhões.

No pós-Segunda Guerra, devido à recusa do Senado americano, que temia ingerências em suas políticas comerciais internacionais, essa organização deixou de ser criada. Mas o acordo que tratava de regras de comércio de mercadorias foi aprovado em Genebra e entrou em vigor em março de 1948. Esse acordo é o Gatt. Contribuíram para o seu nascimento 23 países, entre eles o Brasil. De caráter provisório e sem representação institucional, estabelecia regras multilaterais para o comércio internacional, apresentando 45 mil concessões em tarifas, que atingiam US\$ 10 bilhões, ou um quinto do comércio internacional de mercadorias à época.

Ao se institucionalizar, o Gatt adquiriu a

aparência de uma organização internacional, mas manteve seu formato de acordo provisório até a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), que se deu, finalmente, na oitava rodada de negociações, a do Uruguai. Constituída por 123 países, a OMC surgiu em 1994 e começou a operar no ano seguinte. Passou a administrar os acordos comerciais multilaterais firmados anteriormente, inclusive o próprio Gatt. Hoje, a OMC engloba mais de 30 acordos, incluindo temas como investimentos, serviços e propriedade industrial.

Para se ter idéia de sua representatividade, entre 1980 e 2006, sob o âmbito da OMC, o comércio de mercadorias cresceu mais de cinco vezes e atingiu a marca dos US\$ 11,8 trilhões, enquanto as exportações

de serviços, nesse mesmo período, ampliaram-se sete vezes, superando os US\$ 2,8 trilhões. A expansão do número de países e de valores transacionados no sistema multilateral de comércio é para muitos uma razão importante a comemorar. Guerras podem ter sido evitadas, bem como crises profundas entre países que levariam a rompimento de relações.

## Boi e etanol

Mas há quem não acenda velas ao sistema multilateral inaugurado pelo Gatt. As reuniões ministeriais da OMC, seu órgão máximo, costumam ser tumultuadas por críticos de muitos matizes. A abertura dos mercados de nações desenvolvidas para os produtos dos demais países ainda é uma ►



promessa e um dos capítulos mais angustiantes das rodadas anteriores e da atual, a de Doha, iniciada em 2001.

Além disso, todo o esforço de redução de tarifas realizado nas últimas décadas tem estimulado os países a adotar uma nova forma de protecionismo, por meio de barreiras não tarifárias baseadas em aspectos sanitários, fitossanitários e ambientais. Exemplos recentes que envolvem a Comunidade Européia e têm produtos brasileiros como alvo são as restrições à importação de carne bovina e à demanda por certificação socioambiental do etanol.

Outro aspecto controverso refere-se ao acordo sobre Propriedade Intelectual Relacionada com o Comércio (TRIPS, em inglês). Ao reforçar os direitos dos titulares de patentes farmacêuticas, esse acordo trouxe problemas para as políticas públicas de saúde em países não desenvolvidos, onde grande parte da população depende da distribuição gratuita de medicamentos. Mudanças que favoreçam o acesso dessas nações a medicamentos estarão em pauta nas negociações e até foram incluídas em documento específico, denominado *Declaração de Doha sobre o TRIPS e a Saúde Pública*. Mas, se prevalecerem os interesses dos países desenvolvidos, que abrigam os principais beneficiados pelo fortalecimento dos direitos dos titulares de patentes, é de esperar uma luta tão árdua como a que os

países em desenvolvimento travam contra os subsídios agrícolas praticados, em particular, pelos EUA e pela União Européia.

A questão ambiental também suscita controvérsias, sejam específicas, sejam de ordem geral. Como exemplo do primeiro caso, o GATT permite aos governos impor restrições às importações relacionadas à conservação dos recursos naturais esgotáveis e à defesa da saúde humana, animal ou à preservação de vegetais.

Mas, na prática, são medidas insuficientes para a defesa eficaz do meio ambiente. A primeira, por centrar a questão apenas nos recursos esgotáveis. A segunda, por visar o produto e não o processo de produção. Outro tipo de problema específico refere-se aos conflitos que podem ocorrer entre os acordos da OMC e os multilaterais, relativos ao meio ambiente, com cláusulas comerciais. A Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e a Convenção da Biodiversidade são exemplos de acordos que apresentam cláusulas restritivas ao comércio e, com isso, ferem os princípios da OMC, que se propõe a liberalizá-lo.

Os problemas específicos não param por aí, mas muitos deles podem chegar a soluções amigáveis ao meio ambiente, por conta de adequações do processo produtivo de mercadorias, do transporte e do desenho de cadeias de suprimento, entre outras possibilidades. O desenvolvimento de mo-

delos e instrumentos de gestão ambiental, como análise de ciclo de vida, ecoeficiência, produção limpa e *design for environment*, contribui para a proposição de arranjos produtivos mais racionais.

### Questão de fundo

Já os aspectos ambientais controversos de ordem geral são mais difíceis de equacionar, pois estão nas raízes da própria existência do sistema multilateral iniciado com o Gatt. Um dos pilares de sustentação desse sistema é o entendimento de que o comércio livre de restrições é a melhor maneira de promover o desenvolvimento dos países, resultando daí a idéia de que quanto mais comércio, melhor. Essa é uma importante tese do liberalismo econômico.

Mas a ampliação do comércio internacional nessas bases aumenta os impactos ambientais negativos pela maior exploração de recursos naturais para dar conta do aumento da produção e dos transportes, e pelo maior volume de poluentes gerados em todas as fases do processo produtivo e de consumo. Essa idéia caminha no sentido contrário ao consumo sustentável, uma das práticas mais difíceis de ser alcançada.

Existe ainda a idéia de que os países sempre se beneficiam com a liberdade de comércio, pois assim podem se concentrar nas atividades produtivas em que são mais eficientes, e adquirir os demais produtos



de quem os fabrica melhor. Esta é uma importante tese para os defensores do livre-comércio e um ideal que a OMC persegue.

O fato de países se dedicarem ao que melhor sabem fazer, em princípio é bom, mas acaba por consolidar uma divisão internacional do trabalho desigual, na qual alguns poucos países produzem bens e serviços de alto valor agregado, enquanto outros se restringem a bens primários e produtos industrializados intensivos em recursos naturais e energia, com pouca agregação de valor (*leia mais sobre agregação de valor em reportagem à página 58*).

Como se percebe, o coro dos descontentes com o sistema multilateral de comércio pode valer-se de uma lista farta de motivos para questionar os avanços que os seus defensores exibem ao longo dos últimos 60 anos. Deve-se levar em consideração, ainda, que a maior integração global que caracteriza o século XXI oferece, por si só, uma série de novos desafios não apenas à OMC, mas também a várias entidades supranacionais, que devem basear suas ações em legitimidade e apoiar o desenvolvimento a partir de um patamar mínimo de boas práticas de gestão e de cooperação internacional.

Pesquisadores representativos da área de comércio e meio ambiente, como Daniel Esty, professor de Direito Ambiental da Yale Law School, reconhecem que a OMC passa por uma crise de legitimidade e que as medidas para contorná-la dependem do sucesso da organização em tornar mais transparentes seus processos, decisões e posições acerca de temas de interesse global.

Esse seria o único caminho para reforçar o mandato da organização como formuladora de políticas internacionais de comércio. Tal crise é reconhecida também por autores vinculados à liberalização comercial, como Jagdish Bhagwati, professor da Universidade Colúmbia, para quem a associação do ideal de livre-comércio ao processo de globalização, ao longo da década de 1990, fez esse

tema entrar para o rol das grandes ameaças à manutenção das culturas nacionais, tornando-se alvo de um crescente movimento jovem antiglobalização e anticapitalismo.

Há de se considerar, contudo, que, desde sua criação até a rodada atual, tudo que se refere ao sistema multilateral de comércio avança de forma lenta e controversa, enquanto *o rio de asfalto e gente/entorna pelas ladeiras, / entope o meio-fio* – como escreveu Márcio Borges, na canção *Clube da Esquina nº 2*. Se a temática socioambiental se mostra urgente em cada esquina do planeta, é importante que os compromissos com a sustentabilidade não fiquem esquecidos em preâmbulos ou sejam lembrados de forma efêmera.

Desta efeméride do Gatt/OMC sexagenário, entre as aclamações de seus defensores e as pedradas que virão dos seus críticos mais exacerbados, espera-se por mudanças que permitam ao comércio entre os países promover de fato equidade entre os povos e respeito ao meio ambiente, em conformidade com os objetivos do desenvolvimento sustentável – como prevê o Acordo Constitutivo da OMC. P22

*\*Pesquisador do GVces, doutorando e mestre em Administração de Empresas pela FGV-Eaes*  
*\*\* Professor do Departamento de Produção e Operações da FGV-Eaes*



# Em gênero e número

Como a metade da população da Terra ainda é vista como minoria? Com delicadeza, as mulheres projetam-se no mundo. E podem cuidar dele

FOTOS **Adriano Gambarini**

**Do tricô às margens** do rio Bati, no Camboja, à produção de sombrinhas de papel de arroz na Tailândia, o fotógrafo Adriano Gambarini colheu um sem-número de cenas femininas, durante andanças por 17 países – na sociedade desigual do Primeiro e do Terceiro Mundo. Já se passaram 151 anos do fatídico 8 de março, e os dias de luta continuam. Não necessariamente no ativismo das feministas, mas na lida diária, em que ser mulher é a maior das forças.





Parque na cidade de Lahti, Finlândia ▶



▲ Região próxima a Bom Jesus da Lapa, no sertão baiano





▲ Metrô de Paris



▲ Pastorio nômade, no Quirguistão

▼ Cidade de Karlshamn, Suécia





| POR Giovana Girardi

# A serviço do homem

É a rica biodiversidade que mantém espécies transmissoras de doenças em equilíbrio. Ao afetá-la, a degradação ambiental facilita a emergência e reemergência de moléstias



BRUNO BERNARDI

**As populações que convivem** há séculos com a malária na Amazônia adquiriram uma espécie de imunidade e, apesar de contaminadas, não apresentam sintomas. Mas basta uma leva nova de pessoas chegar à região para haver uma explosão da doença: é o que aconteceu durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. É o que se nota com o crescimento desordenado de cidades como Manaus. E o que se teme que ocorra nas obras das usinas do Rio Madeira. A combinação é catastrófica: grande quantidade de pessoas que nunca tiveram contato com malária perto de outras que carregam o agente causador. Todas invadindo o *habitat* do mosquito transmissor. A epidemia é quase imediata. A receita vale, mudando um ingrediente ou outro, para as mais diversas doenças que têm animais silvestres como hospedeiro ou transmissor.

A ligação entre a degradação ambiental e a emergência ou reemergência de algumas moléstias ganhou destaque nos últimos anos com as projeções feitas por cientistas de todo o mundo sobre os impactos que o aquecimento global pode ter na saúde humana (*quadro à pág. 45*). Parte-se do princípio de que um planeta mais quente terá mais áreas para abrigar, por exemplo, mosquitos que hoje se concentram na região tropical. Alguns modelos sugerem que, no futuro, doenças como a febre amarela vão se expandir para regiões onde não existem.

No entanto, nem é preciso um evento de proporções globais para perceber que a degradação do ambiente tornou-se um caso de saúde pública. Com o desmatamento de florestas tropicais, situações de desequilíbrio são realidade agora, levando a cada vez mais surtos de malária, leishmaniose, hantavirose, doença de Chagas, entre outras.

E a tendência é que o fenômeno só aumente, como mostra pesquisa publicada no fim de fevereiro na revista científica *Nature*. Pesquisadores dos Estados Unidos e do Reino Unido divulgaram um mapa dos locais mais prováveis (ou *hotspots*) para a emergência de epidemias no futuro. Eles fizeram a projeção com base nos dados de 335 surtos de doenças infecciosas emergentes que ocorreram em todo o mundo ao longo dos últimos 60 anos.

Pela análise, perceberam que mais de 60% das doenças, como Aids e Sars (Síndrome Respiratória Aguda Grave), vêm de microrganismos que originalmente afetam animais selvagens. Em segundo lugar, estão as moléstias trazidas por insetos e outros invertebrados, como o vírus do Nilo. É nesta categoria que se encaixam os chamados *hotspots* do Brasil. O trabalho, coordenado por Peter Daszak, do Consórcio para a Medicina da Conservação, em Nova York, considera possível a emergência de novas moléstias no País diante do quadro de desmatamento da Amazônia e do avanço do homem sobre os remanescentes de florestas no Sul.

## Comida de mosquito

Uma boa olhada na situação atual mostra que a previsão dos pesquisadores merece atenção. Os surtos recentes estão direta ou indiretamente ligados a impactos ao ambiente. Em parte, eles ocorrem pela simples invasão de hordas humanas em áreas florestais, como se vê nos casos de crescimento de periferias urbanas em direção à zona rural ou à mata. Ao invadir um novo *habitat*, o homem está exposto a contrair doenças, como ocorre com os novos surtos de febre amarela – é o caso de pessoas não vacinadas que adentram a mata para fazer ecoturismo ou explorar a floresta. Mas o risco aumenta quando ações humanas sobre o ambiente criam

**O desmatamento da Amazônia e o avanço sobre os remanescentes florestais do Sul podem levar a novas doenças no Brasil, aponta pesquisa publicada na revista *Nature***



## A invasão ao *habitat* do mosquito transmissor pode multiplicar os casos de febre amarela, endêmica na Amazônia, mas que já chega ao Paraguai

condições para a proliferação de vetores de doenças, como mosquitos e carrapatos.

O parasitologista Luiz Hildebrando Pereira da Silva, um dos principais especialistas em malária do mundo, cita como exemplo o inchaço da população em Manaus. “Lá ocorreu uma intensa migração de pessoas da área rural para a cidade em busca de trabalho. Essa população se instalou nas periferias, onde há uma complexa rede de igarapés (*pequenos rios*), e acabou obstruindo vários deles. Com isso surgiram criadouros de mosquito por toda a periferia da cidade”, explica.

Pereira da Silva lembra que a ação de madeireiros – que retiram da floresta somente o tronco de árvores, deixando para

trás galhos e folhas – também perturba a circulação de águas de superfície, criando poças enormes. “Em áreas alagadas extensas, o *darlingi* (*Anopheles darlingi*, um dos *transmissores da malária*) se desenvolve com facilidade. Há 50 anos, quase não se via esse mosquito na floresta. Atualmente ele é majoritário em áreas próximas a populações”, afirma.

Junte-se a isso o fato de que no local de ação de uma madeireira há grande concentração de gente e está formado o quadro para um surto de malária. “Normalmente na floresta a fonte de alimentação do mosquito é pequena, então sua população se mantém controlada. Mas, com uma concentração de, por exemplo, mil pessoas – 4 quilômetros

quadrados de pele humana recobrimo sangue –, passa a existir uma fonte alimentar inesgotável para o mosquito”, afirma Pereira da Silva. “Quanto mais pele humana, mais mosquito.”

Claro que para uma epidemia é preciso que haja no local uma fonte de infecção: algumas pessoas que tenham malária. A doença é endêmica entre os ribeirinhos, que, apesar de infectados, desenvolveram certa imunidade e são assintomáticos. Mas, se estiverem próximos a grandes populações sensíveis à doença, a malária pode rapidamente se espalhar. Ocorreu durante as obras da ferrovia Madeira-Mamoré no começo do século XX e teme-se que se repita na construção das hidrelétricas do Rio Madeira. Pereira da Silva, no entanto, é otimista. “Acho que fizemos um certo progresso. Hoje os governos e as empresas estão preparados para evitar que ocorra o mesmo problema.”

### Rumo ao sul

A preocupação é válida para a febre amarela, que assustou o Brasil e matou 19 pessoas entre dezembro e final de fevereiro últimos. Especialistas lembram que é natural ao ciclo da doença a ocorrência de surtos periódicos, mas admitem que a invasão cada vez maior de pessoas ao *habitat* do mosquito transmissor pode elevar o número de casos.



MIGUEL TREPAUT RODRIGUES

**A alteração do ambiente favorece espécies generalistas – como *Akodon montensis* (acima) e *Didelphis aurita* (pág. ao lado) – antes mantidas em xeque por competidores e predadores**

A febre amarela é hoje no Brasil uma doença silvestre, ocorrendo com frequência entre macacos, e só chega aos humanos quando estes entram na floresta e são picados por um mosquito dos gêneros *Haemagogus* e *Sabethes* que tenha anteriormente picado um macaco doente. Nas cidades, o vírus pode vir a ser espalhado pelo *Aedes aegypti* (transmissor da dengue), mas desde 1942 não há registro de transmissão urbana no País.

Originalmente endêmica na Região Amazônica, a doença ao poucos desce para o sul do País. No fim de 2007, macacos morreram em decorrência da febre amarela nas cercanias de Brasília e nos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul. Neste ano,



THOMAS PUTKER

## Quanto mais quente, pior

Como o aquecimento global aumenta os estragos na saúde

Se a pressão humana sobre o ambiente tem impacto na saúde hoje, os efeitos do aquecimento global podem aumentar os estragos. Essa é a expectativa de trabalhos compilados no ano passado pelo Painel Intergovernamental de Mudança Climática (IPCC) e divulgados em seu quarto relatório sobre o assunto.

O clima mais quente deve ficar mais agradável para mosquitos transmissores de doenças. A Europa teme, por exemplo, que doenças como dengue, leishmaniose e malária subam da África em direção ao Mediterrâneo. Estudos feitos no continente africano apontam que lá as regiões montanhosas deverão ficar mais suscetíveis ao inseto transmissor da malária, que passaria a ocupar espaços onde hoje não está presente.

Com a perspectiva de uma frequência cada vez maior de eventos climáticos extremos, como secas e inundações, os

pesquisadores prevêem que populações hoje vulneráveis fiquem em situação de fragilidade ainda maior.

Para o Brasil e outros países em desenvolvimento, a preocupação é com a escassez de água e a indisponibilidade de alimentos. Projeções feitas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam que o aumento da temperatura deve elevar a aridez do Nordeste, o que pode provocar levadas migratórias para o litoral e o Sul do País e ocasionar a redistribuição de doenças endêmicas carregadas pelos migrantes.

Para outras regiões, em especial os grandes aglomerados urbanos do Sudeste, está previsto aumento de chuvas e de inundações, que podem causar uma explosão de doenças relacionadas à água, como diarreias e leptospirose.



## O serviço prestado pela biodiversidade perde-se com o desmatamento e a homogeneização das paisagens. Os efeitos o homem sente na pele

pela primeira vez desde 1973, o Paraguai voltou a ter indícios da moléstia. Apesar disso, devido à ausência de estudos, ainda é prematuro dizer que o avanço se dá por pressões ambientais, afirma o entomologista Ricardo Lourenço, da Fiocruz.

De tempos em tempos, explica Lourenço, a quantidade de macacos que podem

contrair a doença em uma região se esgota, porque eles ou se tornaram imunes ou morreram. Aquele local só voltará a ter casos de febre amarela quando novos macacos nascerem e a população se restabelecer. O mosquito migra, então, para regiões próximas que tenham macacos suscetíveis, causando um novo surto e a

migração do problema. “Eles podem voar por quilômetros em busca de alimento”, afirma o entomologista, referindo-se aos mosquitos. Sem contar que os macacos também se deslocam quando há perda de *habitat*, por exemplo, fazendo com que a doença se movimente em ondas.

### Populações em desequilíbrio

Outra situação delicada para a emergência e reemergência de algumas doenças é a chamada homogeneização da paisagem,

quando a floresta é substituída por pasto ou algum tipo de plantação.

A questão é que a biodiversidade tem razão de ser. Em um ambiente heterogêneo, as mais diferentes espécies são mantidas em equilíbrio, com populações em quantidade adequada de indivíduos para que nenhuma se sobressaia à outra. Com a interferência na paisagem, perde-se a riqueza da flora e simplifica-se a fauna. Sem a mata, boa parte dos animais morre. Outros fogem para locais mais adequados a sua sobrevivência. Restam as espécies mais generalistas, que vivem bem em qualquer ambiente e, sozinhas naquelas novas condições, sem competidores nem predadores, acabam se expandindo.

Ocorre que, às vezes, as espécies sobreviventes são hospedeiras ou transmissoras de agentes causadores de doenças aos seres humanos. O papel da biodiversidade em manter o equilíbrio é um serviço prestado pela floresta a que pouca gente dá atenção, mas, sem ele, a emergência ou reemergência de doenças se torna bem mais possível, acreditam os especialistas.

“Em um ambiente com grande diversidade de mamíferos existem, por exemplo, espécies que são bons reservatórios do *Trypanosoma cruzi* (causador da doença de Chagas) e outras não. As que são ficam diluídas entre as demais. Com a destruição de *habitats*, algumas vão desaparecer e outras, mais generalistas, podem ser favorecidas. Se nesse processo alguns bons reservatórios, como os gambás, sobreviverem, e o homem entrar nesse ambiente, a transmissão da doença será amplificada”, explica a parasitologista Ana Maria Jansen, que estuda a moléstia na Fiocruz.

Em trabalho publicado em 2007 na revista *Parasitology*, Ana e colegas lembram que, em localidades brasileiras onde novos casos da doença de Chagas foram recordes nos dois anos anteriores, observou-se o mesmo quadro epidemiológico: “Alta pressão humana sobre o ambiente, baixa diversidade de mamíferos como consequência, e a manutenção do mais comum e competente reservatório do *T. cruzi*, o gambá-de-orelha-preta – espécie conhecida por ser generalista quanto ao *habitat* e cuja

abundância tende a aumentar em áreas afetadas por atividades humanas”.

Além da de Chagas, outra doença que chama a atenção pela relação com a degradação ambiental é a hantavirose, uma síndrome febril com complicações cardiopulmonares causada por infecção por hantavírus.

Uma equipe de pesquisadores da Fiocruz e da Universidade de São Paulo está investigando os riscos de surtos da doença em cidades próximas a áreas em que a Mata Atlântica foi derrubada para a plantação de milho e cana. Onde antes viviam diversas espécies de roedores em equilíbrio com outros competidores, e sob controle de predadores, sobreviveram apenas algumas espécies de ratos silvestres, que proliferaram diante da modificação de *habitat* e da abundância de recursos.

### Vírus na plantação?

O hantavírus circula naturalmente entre várias espécies de roedores, apresentando baixa prevalência de infecção em ambientes em equilíbrio. Quando, no entanto, a modificação do ambiente privilegia uma determinada espécie portadora e sua população cresce demais, aumenta também a prevalência do vírus.

“A presença de mais indivíduos pode facilitar a transmissão do vírus entre os ratos. Com isso também aumenta a probabilidade de o homem ter contato com um animal infectado”, explica o zoólogo Paulo D’Andrea, chefe do Laboratório de Biologia e Parasitologia de Mamíferos Silvestres Reservatórios do Instituto Oswaldo Cruz. “Os surtos da doença estão sempre associados a altas populacionais das espécies de roedores mais competentes para a transmissão dos vírus. Há uma ligação clara dos surtos com a modificação do ambiente”.

D’Andréa lembra que ainda não há evidências de que o vírus encontrado em uma determinada população de ratos silvestres no meio de um canavial, por exemplo, é exatamente o mesmo que provoca doenças na população de agricultores que lidam com aquela plantação. Mas, diante dos indícios, é justamente essa a relação que os pesquisadores tentam comprovar. **P22**







**O que há de concreto** no noticiário sobre o desmatamento na Amazônia, após décadas de debates, denúncias, movimentos e promessas? Olhando bem de perto, há uma única informação incontestável: a floresta está sendo dizimada de maneira gradual, sem falhar um dia, em ritmo lento ou vertiginoso, seja qual for a política do momento ou o último pacote emergencial de medidas.

Até hoje não se sabe ao certo o que o País quer da Amazônia ou para a Amazônia. Houve tentativas desastrosas de ocupação econômica, como a dos anos 70. No início do governo Lula, em 2003, parecia ter chegado a hora de uma inflexão histórica. A equipe do Ministério do Meio Ambiente assumiu com diagnóstico de qualidade e proposta de mudança intragovernamental

assentada sobre dois pilares: a transversalidade na ação e o deslocamento do cerne da política ambiental para o coração do governo. Dizia-se que o ministério deveria deixar de ser a grande ONG governamental, eternamente na condição de litigante ou de pedinte, e exercer o papel de dinamizador dessa proposta. Chegou-se a pensar na criação de espaços inovadores para viabilizar a troca permanente de informações e o aprendizado institucional necessários para gerar políticas com alto grau de integração e participação.

O primeiro contragolpe veio a curtíssimo prazo, com o episódio da liberação da importação de pneus usados sem sequer ouvir o MMA. De lá para cá, a proposta inicial gerou alguns resultados importantes,

muitas polêmicas, mas o principal revés aconteceu no seu núcleo vital. Não deu liga, faltou sensibilidade, vontade e ousadia, no tal coração do governo, para construir os alicerces de um avanço de repercussões globais. Perdeu-se a chance de uma experiência real de desenvolvimento sustentável, em escala nacional.

As políticas para a Amazônia contam essa história de maneira muito intensa, até porque o MMA a tal ponto jogou suas fichas no esforço de reduzir o desmatamento que, para a população em geral, talvez pareça que só se ocupa desse tema. É muito difícil analisar o ponto em que se está hoje, dado o risco de simplificar o que é de enorme complexidade. Mas é importante o exercício de refletir para além dos números.

A transversalidade foi ficando pelo caminho, embora em alguns momentos tenha gerado experiências interessantes que não se aprofundaram. O motor das relações intragovernamentais continua sendo o da competição por lógicas específicas e as razões de Estado são construídas conforme a força econômica e eleitoral de cada setor ou ministério. Sem contar que o chamado núcleo duro do governo vive na corda bamba: de um lado, dá seguidas demonstrações de irritação com a área ambiental; de outro, tem que contemporizar porque vive de olho nas repercussões internacionais.

Nesse caldeirão, é grande o desgaste

para o MMA, como pôde ser visto a olho nu no anúncio recente do aumento do desmatamento da Amazônia e, logo em seguida, na decisão de ministros reunidos nos Conselho Nacional de Biossegurança que liberou variedades de milho transgênico.

### Projetos de poder

Creio que a raiz dessa situação pode ser explicada pela escolha feita por Lula, no início de seu mandato anterior, de um modelo de governabilidade conservador, caduco, patrimonialista, servível apenas para projetos de poder, jamais para projetos de desenvolvimento. Naquele instante, o encantamento com sua eleição era tal que havia condições para abrir o modelo de governabilidade para a sociedade, expondo à luz do dia os setores acostumados a simplesmente lotear o Estado. Esta seria a reforma séria do sistema político, pois não daria aos partidos outro caminho que não o de se repensar e se adaptar a um saneamento da prática política.

A governabilidade vigente, fisiológica e fechada no sistema partidário, não permite lógicas horizontais e abertas de construção de políticas públicas estruturais. Assim, inexistente política socioambiental integrada de governo porque não há políticas de governo. Há apenas as tais “agendas” que, em geral, somem no ar. Em lugar de ações coordenadas e permanentes, há as “lições de casa”, que raramente

passam do modismo burocrático e segmentado de cumprir o mínimo possível.

As políticas ambientais só têm existência real quando se expressam em todas as políticas setoriais. O MMA conceitua e propõe. A despeito de seu esforço, se o governo, como um todo, não se comprometer cotidianamente com elas, viram almas penadas, sem materialidade. Quem as boicota sabe que não precisa ter medo, desde que disponha de bom cacife para trocar no balcão das conveniências do poder.

Nesse quadro, o que o senso comum espera do MMA e em particular da ministra Marina Silva — que “salve” a Amazônia — será sempre uma expectativa demasiada e injusta. À ação do ministério cabem críticas, mas é um equívoco imaginar que os problemas ambientais do País sejam apenas um passivo do desaparecimento do Ibama ou do seu irmão siamês, o Instituto Chico Mendes. Há um sucateamento mais profundo e grave, de natureza política e ética, que vem de muito tempo e, infelizmente, não tem prazo para ser resolvido — e não aparece nas imagens de satélite. **P22**

*\*Jornalista, socióloga e consultora independente*

## Não deu liga

Nas raízes profundas do desmatamento da Amazônia está o sucateamento de natureza política e ética, que vem de muito tempo, sem prazo para ser resolvido — e que não aparece nas imagens de satélite



# Valorizar para conservar

Após amplo processo de consulta pública, uma série de dispositivos foi pensada para garantir a conservação das matas e a geração de benefícios sociais e econômicos por meio das concessões florestais

**As florestas públicas** – aquelas pertencentes à União, aos estados e aos municípios – representam pelo menos 194 milhões de hectares, ou 22% do território brasileiro. Até recentemente, ao governo cabia, apenas, a proteção de largas extensões de matas, sem a possibilidade de usá-las para estimular a economia local e contribuir na geração de renda. No entanto, no caso da Amazônia, onde se encontram 92% dessas florestas, a pressão advinda da grilagem de terras e do avanço da fronteira agropecuária resulta nas alarmantes e conhecidas taxas de desmatamento. A alternativa de somente manter parcelas de matas protegidas em reservas intocáveis não é suficiente para aliviar pressões sociais nem impede invasões e predação de seus recursos. A consequência é a necessidade de mais e mais medidas de combate, punição e controle, com substancial gasto de recursos públicos, sem resolver o problema na origem.

O governo entendeu que a variável que faltava é a valorização da floresta pública, associada a atividades sustentáveis. Como milhares de pessoas vivem dos recursos naturais, o aumento dos benefícios gerados por meio de seu uso ainda promoveria o aumento da consciência sobre a conservação.

Para pôr essas idéias em prática, foi preciso criar um marco regulatório. A Lei de Gestão de Florestas Públicas (nº 11.284), promulgada em 2 de março de 2006, estabelece e detalha três formas de gestão florestal: criação de unidades de conservação; destinação para uso sustentável pelas comunidades locais; e assinatura de contratos de concessão florestal com empresas brasileiras, por meio de licitação. Além disso, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal e o Serviço Florestal Brasileiro, ao qual cabem o gerenciamento das florestas públicas e o fomento de atividades florestais. ▶



Não faltou debate na elaboração da lei, que adveio de um amplo processo de consulta durante 14 meses, envolvendo diferentes atores da sociedade. Das 13 audiências públicas realizadas, sete foram feitas nos estados da Amazônia. Nesse processo, foi a concessão florestal que mais causou debates calorosos. A discussão envolveu especialistas, estudos comparativos de outros países, seminários, reuniões, audiências públicas e outras formas de participação.

O resultado foi um sistema robusto e original em vários quesitos, ao incluir a concorrência pública como a forma de adquirir uma concessão florestal e ao dar maior peso a aspectos socioeconômicos e ambientais no manejo florestal proposto do que ao preço pago pelo concessionário. Espera-se que, até 2010, 2 milhões de hectares de florestas públicas da União estejam sob esse regime.

A primeira licitação foi lançada no final

de 2007, na qual 14 empresas disputavam a concessão da Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia. Mas, ao comprovar a falta de documentos necessários, a Comissão de Licitação inabilitou todos os concorrentes. Em seguida, após enviar nova documentação, foram habilitadas as empresas Amata, Civagro, Porto Júnior, Sakura Madeiras, e os consórcios liderados pela Alex Madeiras e pela ZN Madeiras.

## Concessão ou privatização?

Por ser um conceito novo aos brasileiros, há quem ainda confunda concessão florestal com privatização de terras e internacionalização da Amazônia. São comparações equivocadas. Concessão é o direito que o governo concede a entes privados para manejo sustentável de produtos e serviços de uma determinada floresta pública.

Esse direito é concedido mediante licitação aberta a empresas brasileiras — as

estrangeiras não podem participar. O que se concede é apenas o direito de exploração de produtos e serviços, enquanto a floresta e a terra permanecem públicas. Ao governo cabe monitorar e garantir que a exploração seja feita de forma sustentável, dentro de critérios rigidamente acordados em contrato.

Também é comum confundir desmatamento com manejo florestal, atividade normalmente envolvida em uma concessão. Desmatamento significa derrubada da mata. No manejo florestal não há, em hipótese alguma, a remoção total da floresta e sim a sua utilização de forma planejada e com o menor impacto possível, de forma a respeitar o ciclo de regeneração. Quando obedecidas as regras técnicas, a floresta continua a desempenhar serviços ecológicos essenciais, como proteção do solo contra a erosão, preservação da qualidade da água e manutenção da biodiversidade.

A lei determina o que pode ser explorado: madeira, produtos não madeireiros (óleos, frutos, resinas, plantas ornamentais, plantas medicinais), resíduos de madeira (para produção de carvão, por exemplo) e serviços florestais, como ecoturismo. A delimitação das áreas e as formas de exploração também seguem regras: não se pode fazer concessão em qualquer floresta pública.



“  
Trata-se de um modelo em  
que regulamentos e indicadores  
estão por ser criados e pedem  
a participação da sociedade na sua  
elaboração e aperfeiçoamento  
”

Antes de serem designadas como áreas potenciais, é preciso descrevê-las, identificar a demanda e a oferta por produtos florestais na região de sua abrangência, a compatibilidade com políticas setoriais ali existentes, avaliar a infra-estrutura e a logística disponíveis na área de abrangência do plano, e indicar mecanismos que garantam o acesso democrático às concessões. O resultado dessa análise é apresentado no Plano Anual de Outorga Florestal (Paof).

Com o objetivo de encorajar a participação de pequenas empresas e associações, é facultada a participação de consórcios. Dessa forma, os pequenos *players* podem formar parcerias para competir. Outra preocupação constante no processo de concessão florestal é a manutenção dos direitos das comunidades tradicionais presentes. Antes que uma área entre em licitação, o Serviço Florestal Brasileiro realiza estudos preliminares e participativos para identificar a existência de populações tradicionais na área e o uso que fazem da floresta.

Para que as concessões sejam acompanhadas de forma transparente e exista um controle social efetivo, todos os documentos relativos ao processo estão disponíveis na página do Serviço Florestal na internet. O Cadastro de Florestas Públicas – onde as áreas são identificadas – e o Paof passam

por um processo de consulta, em que a população pode opinar pela *web* ou por meio das audiências públicas. Os passos para o lançamento de um edital de concessão são acompanhados e discutidos na Comissão de Gestão de Florestas Públicas, que assessoria o Serviço Florestal e conta com representantes dos diferentes setores da sociedade.

Além disso, para garantir a sustentabilidade do manejo, o prazo dos contratos de concessão é, normalmente, longo e estabelecido de acordo com o ciclo de corte ou de exploração, que considera o tempo de regeneração da mata.

No caso dos produtos madeireiros, que exigem o corte de algumas árvores, estabeleceu-se o período médio de 30 a 35 anos. Como por lei apenas as árvores com diâmetro acima de 50 centímetros podem ser exploradas, as que estão abaixo dessa medida no momento da primeira exploração são mantidas na floresta até que, no início do segundo ciclo de corte, já tenham atingido o tamanho permitido – garantindo a manutenção dos estoques e a saúde da floresta.

Por ser um modelo em experimentação, dentro do período de dez anos a partir da publicação da lei a área total com concessões florestais da União não poderá ultrapassar 20% das florestas disponíveis para esse fim. Ao final destes dez anos, cada concessionário,

individualmente ou em consórcio, não poderá concentrar mais de 10% das florestas públicas disponíveis para concessão em cada esfera de governo.

#### Benefícios e desafios

Até 2010, espera-se que o programa gere 9 mil postos de trabalho e renda superior a R\$ 100 milhões anuais, considerando apenas o produto madeira serrada. É interessante perceber como um processo ainda em andamento, para a Floresta Nacional do Jamarí, já provocou um dinamismo nas perspectivas econômicas locais. Do modo como a licitação foi montada, existe grande potencialidade de retorno local por meio da geração de empregos, da capacitação de mão-de-obra e da implantação de indústrias na região.

Os recursos diretamente arrecadados com o pagamento das concessões também devem contribuir para o fortalecimento de uma economia florestal e da conservação ambiental. Esse recurso é dividido entre União, estados e municípios. Os dois últimos, monitorados por conselhos de meio ambiente, devem obrigatoriamente utilizar o dinheiro para o apoio e promoção da utilização sustentável dos recursos florestais. Instituições federais, como o Serviço Florestal Brasileiro, o Ibama e o Instituto Chico



Mendes de Conservação da Biodiversidade, usarão os recursos, respectivamente, para fomentar as atividades de manejo, fiscalizar as florestas públicas e implementar Unidades de Conservação.

Parte do volume arrecadado será, ainda, recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal e destinada ao fomento de atividades sustentáveis e à inovação tecnológica do setor. Sua aplicação será monitorada por um conselho consultivo, com participação dos entes federativos e da sociedade civil.

Portanto, o acompanhamento da so-

riedade é tão fundamental quanto as atividades de monitoramento da concessão em si. Nesse caso, vários órgãos estão envolvidos, entre eles o Serviço Florestal, o Ibama, o Instituto Chico Mendes e auditores independentes. Durante todo o período de vigência do contrato estão previstas auditorias independentes periódicas, em um prazo máximo de três anos, que acompanharão a atividade do concessionário. Também haverá monitoramento por imagens de satélite e rastreamento de caminhões, além de acompanhamento da cadeia de custódia. Os prejuízos ao meio ambiente serão

punidos nas esferas administrativa, civil e penal, com possibilidade de suspensão do contrato e utilização da garantia depositada para compensar danos.

Em resumo, uma série de dispositivos foi pensada e planejada na lei para garantir a conservação das florestas, o maior alcance possível dos benefícios por ela gerados e a preservação do modo de vida das populações tradicionais. No entanto, o processo de concessão florestal é novo. Seus regulamentos, critérios e indicadores estão sendo agora planejados e implementados. Esse momento deve ser visto como grande oportunidade para que a sociedade brasileira aperfeiçoe esse processo, valorize as florestas e contribua para mantê-las em pé. **P22**

.....  
\*Diretora do Serviço Florestal Brasileiro –  
Ministério do Meio Ambiente



## O discurso ecotecnocrata

Sob o axioma do desenvolvimento sustentável, o Estado cria marco regulatório para continuar a pilhagem da floresta e de seus povos

**Sucessivos governos** apostaram na implantação do grande capital como sinônimo de progresso e desenvolvimento para a Amazônia. A presunção geopolítica da região como um deserto demográfico foi vital para a adesão desse investidor e os subseqüentes saques cometidos contra as florestas e seus povos. Os habitantes originais – índios, seringueiros, castanheiros, quilombolas e tantos outros – não contavam, era como se não fossem gente.

Agora, sob o manto da preservação ambiental e do axioma do “desenvolvimento sustentável”, o Estado cria um marco regulatório para a continuidade dessa pilhagem histórica. A Lei de Gestão de Florestas Públicas (LGFP) estabelece um aparato político e jurídico para ordenar o território de modo a – novamente – viabilizar a grandes grupos econômicos o acesso aos recursos florestais.

Os formuladores da Lei partiram da

míope crença de que as florestas públicas eram “subutilizadas” e teriam de impulsionar a economia e gerar renda. “É a economia da floresta que vai salvar a floresta”, diz o diretor do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Tasso Azevedo.

Apoiados em uma pseudomodernidade racional sem outra perspectiva além do lucro, tentam justificar a importância das matas pelo quanto elas podem ser úteis ao “homem moderno”. Como se a ponderação ética sobre a diversidade social e biológica não fosse suficiente para motivar a vida da floresta e de seus povos, embasa-se a importância da natureza enquanto “recurso”, matéria-prima à espera de seu destino inequívoco: mercadoria.

### Privatização, internacionalização

O SFB insiste em omitir o óbvio. É fato, o regime de concessão não privatiza a terra.

Entretanto, as diversas críticas deixam claro: o modelo adotado privatizará o uso da terra e os recursos florestais. Isso, necessariamente, impede o acesso à floresta às populações que dela vivem. Parece anunciar-se uma nova era em que o controle do território se dará pelo domínio de seus recursos.

Também é pueril argumentar que as concessões não favorecerão as empresas internacionais. Ora, a publicização das ações de madeiras multinacionais na Amazônia levou o Congresso a instalar uma comissão destinada a averiguar a aquisição de madeiras e serrarias brasileiras por grupos asiáticos. O alarmante relatório mostra, inclusive, como essas empresas ganham verniz verde-e-amarelo ao “adquirir empresas já estabelecidas ou fazer *joint ventures* com empresários e alinhar coalizões de interesses que os defendessem”. ([www.abordo.com.br/~gilneyviana/relatocomp.htm](http://www.abordo.com.br/~gilneyviana/relatocomp.htm)).

Elder de Paula, professor da Universidade Federal do Acre, explica, ainda, que o abastecimento das grandes corporações que controlam o comércio internacional de madeira foi a verdadeira motivação da LGFP. “Houve intensa pressão internacional com a elaboração de parâmetros e sua imposição aos países detentores de ‘estoques’ de florestas tropicais. O agronegócio internacional da madeira abocanhará cerca de 13 milhões

de hectares de florestas numa primeira tacada, podendo chegar a 50 milhões, por concessão de até 40 anos.” E o circo se arma: em novembro foi sediado em Santarém (PA) o Fórum Internacional de Madeira Tropical, promovido pela Associação Técnica de Madeira Tropical. O tema principal foi a apresentação de como são as concessões na África, e como serão no Brasil.

Um grande bem da LGFP seria o (prometido) baixíssimo impacto ambiental da atividade das madeiras sob concessões. De Paula comenta como “artigos, cartilhas e manuais de ‘manejo’ formaram um consenso em torno da sustentabilidade da exploração madeireira. Isso reproduz o credo na infalibilidade da ‘autoridade tecnocientífica’ na racionalização sobre a natureza na Amazônia”.

Passou-se ao largo de reconhecidos nomes como Aziz Ab’Saber, que, em entrevista

à Agência Brasil, criticou os formuladores da LGFP: “Sempre dizem que os projetos são baseados em debates com pessoas que conhecem as regiões. Não houve um projeto correto com cientistas, com gente que conhece o Nordeste Seco, o Vale do São Francisco ou a Amazônia”.

### Experiências desastrosas

Também o pesquisador Niro Higuchi, do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), alertou sobre a falta de garantias dessa exploração para a saúde da floresta. Segundo Higuchi, o modelo de concessões trouxe conseqüências desastrosas nos países onde foi adotado: “Serra Leoa, Nigéria, Uganda, Gana, Tailândia, Filipinas, Malásia, Indonésia, Vietnã, Laos. A lista é grande e não há exemplo de melhoria de qualidade de vida. Em todos, a população local continua pobre e, o pior, sem a floresta”.





O SFB promete uma revolução no controle à extração ilegal de madeira com a implementação da LGFP. Ora, a lei, por si, nada ou pouco acrescenta. Desmatamento e roubo de madeira já são crimes previstos pela legislação. Não há por que crer que a criação de novas regras surtiria maior obediência. Mesmo com um pequeno volume de licenças para extração madeireira, o Estado não tem controle algum sobre a destruição da Amazônia.

Com o expressivo aumento das licenças em virtude das concessões, a situação tende ao caos completo. Apenas como exemplo, no Pará, o Ibama necessitaria de um aumento de verbas e de efetivo na ordem de 1.200% para fiscalizar a extração madeireira.

#### Plano infalível?

O anúncio de mirabolantes e infalíveis sistemas de monitoramento remoto por meio de imagens de satélite e radares é mais um dos enganos que o SFB quer fazer vingar.

Ricardo Folhes, coordenador do Laboratório de Geoprocessamento do Projeto Saúde e Alegria, reconhece que, apesar dos avanços dos sistemas de monitoramento da Amazônia, "há obstáculos para o alcance dos resultados prometidos pelo SFB, a presença constante de nuvens na Amazônia é um deles



e a alternativa de obtenção de imagens de radar, como o do Sipam (*Sistema de Proteção da Amazônia*), para o qual as nuvens não são impedimento, esbarra na insuficiência de técnicos habilitados para processá-las, nos altos custos envolvidos e na necessidade de parametrizações no próprio radar".

Seja por limitações técnicas ou operacionais, Folhes conclui: "Nenhum sistema atual ou a ser lançado nos próximos anos vai permitir monitoramento em tempo real como vem sendo alardeado pelo SFB".

Sintomaticamente, desde 1970, quando foi feito o primeiro mapeamento em larga escala na Amazônia pelo projeto Radam-Brasil, há um expressivo banco de dados sobre a distribuição dos recursos naturais,

mas quase nada sobre os povos a quem os territórios pertenciam. Na mesma linha, o SFB sabe sobre o potencial madeireiro da Amazônia, mas não tem registro da ocupação da floresta.

Áreas ocupadas por populações tradicionais acabarão por ser leiloadas a grandes empresas. E há tristes prenúncios disso. O governo do estado do Pará, em 2006, concedeu autorizações para extração madeireira nos rios Uruará e Arapiuns. Nos dois casos, houve conflitos violentos envolvendo as comunidades locais.

Jacó Piccoli, antropólogo e professor da Universidade Federal do Acre, teme pela população indígena, pois há a ameaça de que as concessões sobreponham-se a

áreas de ocupação indígena ainda sem seus territórios reconhecidos: "Só no Acre, há pelo menos sete terras indígenas a serem definidas, contando apenas os povos já integrados".

Além disso, há vastas áreas ocupadas por povos não contatados. "Na fronteira Brasil-Peru, sabe-se de, no mínimo, seis povos nessa situação, também sem territórios reconhecidos." Com as concessões, Piccoli explica que "haverá proximidade, quando não sobreposição, entre as terras ocupadas por índios isolados e as atividades das madeireiras. Isso provocará contágio endêmico de conseqüências imprevisíveis. Populações inteiras poderão, da noite para o dia, ser dizimadas".

#### O ipê e as castanhas

As garantias da LGFP de que os produtos de uso das comunidades tradicionais serão excluídos das concessões também são falaciosas. Mesmo porque não há suficiente conhecimento para isso. Ao tirar uma porcentagem de determinadas espécies da floresta, tem-se um desarranjo nem sempre previsível. Há casos de locais ocupados por coletores de castanha de onde se extraiu apenas o ipê. Descobriu-se, tarde demais, que essa era uma árvore importante ao agente polinizador das castanheiras. Resultado: esgotou-se a produção da castanha.

“  
Apenas no Pará,  
o Ibama precisaria de  
um aumento de 1.200%  
de verbas e de efetivo  
para fiscalizar  
a extração madeireira  
”

tado: esgotou-se a produção da castanha.

As florestas sempre estiveram em uso por pessoas que dela sobrevivem e reproduzem seu modo de vida com suficiente tecnologia para permitir que a mata se renove. Só com o reconhecimento do direito ao território dessa gente teremos uma forma social e ambientalmente efetiva de manter o estratégico recurso que é a biodiversidade. Até porque o conhecimento que existe sobre a biodiversidade é o saber que parte dos povos da floresta.

Contudo, pela visão do atual governo federal, esses povos impedem a apropriação, pelo mercado, desses recursos. Mas, com a LGFP, os "obstáculos" serão expulsos ou reduzidos a pequenos madeireiros ou empregados de madeireiras. Nesse desenrolar, essas pessoas serão submetidas a um processo de invalidação cultural: o amplo rol de saberes, fruto de gerações de convivência com a floresta, pouco ou nada vale no novo sistema de trabalho, que se limita a tarefas braçais e fragmentadas.

Teremos, então, novas formas de pobreza social e de degradação ambiental. Mas isso também é visto, por alguns, como desenvolvimento.

P22

\*Pesquisador vinculado ao programa de Pós-Graduação de Geografia Humana da USP



# Recriando a matéria-prima

Baseada nas idéias, a economia criativa depende menos dos recursos naturais e ajuda a agregar valor às *commodities*, mas dificilmente vai florescer só com inspiração – é preciso investimento em educação e inovação

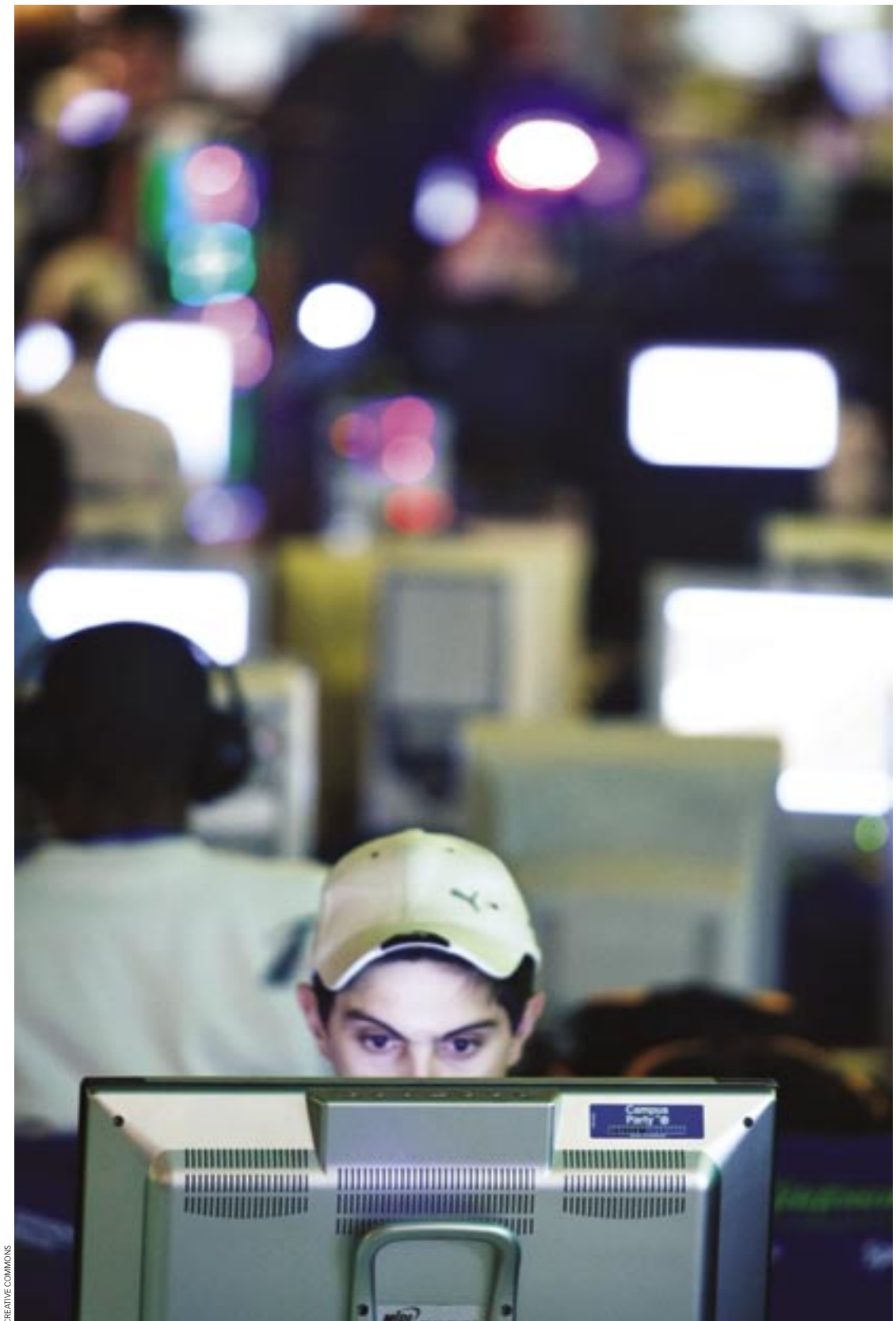
POR **Lia Vasconcelos**



REMAN BOCA

**Saem de cena o petróleo**, a soja, o minério de ferro. Entram a inteligência e a inovação. Visionário, Celso Furtado, um dos mais importantes economistas brasileiros, aventava no fim da década de 70 a possibilidade de superação da dependência econômica característica dos países em desenvolvimento por meio da criatividade. Dizia ele, no livro *Criatividade e Dependência*, que “implícito na criatividade existe um elemento de poder”. Economia criativa, economia da cultura, indústrias criativas, iconomia. Os nomes variam e os conceitos – cada vez mais frequentes na mídia e em círculos acadêmicos – diferem aqui e ali, mas uma coisa têm em comum: a aposta de que a troca de idéias pode gerar valor e riqueza.

Não é para menos. As chamadas indústrias criativas (*quadro à pág. 60*) respondem por 8% do PIB em um mundo em que o processo cada vez mais intenso de globalização traz profundos impactos na distribuição geográfica da riqueza. Enquanto as nações desenvolvidas perderam capacidade manufatureira e encaram o desafio de reinventar suas economias, a China tornou-se o grande fornecedor do globo – com impactos sociais e ambientais crescentes – e ávido competidor de países como o Brasil.



CREATIVE COMMONS

O uso positivo do emaranhado de relações possibilitadas pelas novas tecnologias (ao lado, a Campus Party, em São Paulo) é um dos trunfos. O que importa está na cabeça das pessoas



“Estamos na era da economia pós-industrial. As indústrias pesadas saíram do centro e se deslocaram para a periferia do mundo. Os países têm de repensar a economia”, diz Edna dos Santos-Duisenberg, chefe do programa de economia e indústrias criativas da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), organismo ativo na produção de estatísticas e estudos sobre as atividades que têm na criatividade e na cultura sua matéria-prima.

Mais do que peso econômico, os adeptos da economia criativa acreditam que ela pode representar uma mudança de paradigma tão radical quanto a Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX. Diante da crise ambiental, a humanidade vai precisar reinventar o trabalho, o consumo, o vestir. “Os paradigmas têm de mudar, temos de reinventar tudo. Para isso, a cultura tem papel fundamental, pois ela gera valores sociais que podem fazer a sociedade caminhar rumo à sustentabilidade e isso muda o padrão de consumo, gera demandas nessa direção. Está tudo integrado”, afirma Wilson Nobre, professor da Escola de Administração

Na Europa, o setor cultural – parte da indústria criativa – emprega 5 milhões de pessoas e cresce mais rápido que os outros

de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

Para os países do Hemisfério Sul, a criatividade pode ser a tão esperada chance de se desenvolver, de maneira sustentável, sem depender das nações centrais. Afinal, idéias não são recursos escassos nem esgotáveis. E, melhor, são essenciais para a construção de um modelo em que a inclusão social e o respeito ao meio ambiente andem juntos com a economia.

Para o Brasil, que comprovadamente tem capacidade de construir marcas fortes, produtos com *design*, desenvolver tecnologia e inovar, o segredo está em criar um ambiente no qual a criatividade possa florescer. Audiovisual, música, *software*, TV, rádio, moda, *design*, artesanato e tecnologia são atividades propulsoras da inovação e da ampliação da capacidade produtiva, inclusive de setores considerados mais tradicionais da economia.

“O preço de um quilo de algodão exportado pelo Brasil é de US\$ 1, um quilo de vestuário é exportado por US\$ 25 e o quilo de moda (*em média*) é negociado entre US\$ 80 e US\$ 120. É o valor agregado embutido pela

Onde tudo começou Da Austrália para o mundo, esquentando o debate sobre propriedade intelectual

Foi na Austrália, em 1994, que o termo “economia criativa” começou a ser empregado. O governo australiano queria, por um meio do projeto Creative Nations (Nações Criativas), fomentar o investimento nas artes em geral, mas principalmente elaborar uma política pública que preservasse a herança cultural dos aborígenes e reconhecesse os nativos australianos – que habitaram o território por mais de 40 mil anos antes dos europeus – como parte importante da construção da identidade do país.

No curso contrário ao dos

colonizadores ingleses que chegaram à Austrália no século XVIII, o conceito atravessou o mundo e ganhou força na Inglaterra. Em 1997, o então premier britânico Tony Blair, diante de uma economia cada vez mais competitiva, deu a sua equipe uma tarefa: analisar as contas do Reino Unido, as tendências de mercado e as vantagens competitivas nacionais. Resultado: foram identificados 13 setores de maior potencial, batizados de indústrias criativas – “indústrias que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que apresentam potencial para a criação de riqueza e empregos por meio da criação e exploração da propriedade intelectual”.

Os setores escolhidos foram propaganda, arquitetura, artes e antiguidades, artesanato, *design* de moda, filme e vídeo, *software* de lazer interativo, artes performáticas, publicações, música, TV e rádio, *software* e serviços para computadores.

O peso dado aos direitos de propriedade intelectual é um dos pontos mais controversos da política inglesa. Na opinião da economista Ana Carla Fonseca Reis, especialista no tema, “enquanto a idéia de direitos do autor se aplica à indústria criativa, que não tem foco no desenvolvimento sustentável, na economia criativa ela ou não se aplica ou deve ter novos modelos. O conceito de economia criativa não deve incluir patentes científicas”.

Em tempos de trocas sem fim de dados pela internet e de *software* livre, falar em propriedade intelectual cada vez mais perde o sentido. Não que os artistas devam deixar de receber pelo que criam. “Os modelos de comercialização atuais exigem uma nova legislação internacional que favoreça o autor e proteja os países em desenvolvimento. Esse promete ser um dos grandes debates do século XXI”, aposta Edna dos Santos-Duisenberg, chefe do programa de economia e indústrias criativas da Unctad.



marca.” Quem diz é Graça Cabral, vice-presidente do IN-MOD, braço institucional da São Paulo Fashion Week (SPFW), a vitrine mais importante da moda nacional e que deu uma forte dose de vitamina à indústria têxtil.

O último SPFW marcou um novo momento na moda brasileira, antes restrito a setores da indústria: investidores começam a adquirir as principais grifes e a formar grupos de gestão nos moldes dos que existem na Europa e nos EUA. Com isso, empresas que eram negócios quase familiares passam às mãos de gestores profissionais com objetivos ambiciosos. A holding I'M Identidade Moda, que havia comprado a Zoomp, arrematou em janeiro as grifes Herchcovitch; Alexandre e Fause Hatem. A catarinense AMC Têxtil comprou a Sommer. Espera-se que a profissionalização do segmento de moda – movido à criatividade nacional – traga um ciclo virtuoso para toda a cadeia.

Riqueza em toda parte

Pelas características da população – tamanho, renda, escolaridade, faixas etárias – e a desigualdade de renda, o Brasil não pode se dar ao luxo de

O quilo de algodão sai a US\$ 1, mas o da moda pode superar US\$ 120. Espera-se que a profissionalização de grifes nacionais tenha impacto positivo em toda cadeia (acima, São Paulo Fashion Week)

prescindir dos setores agrícola e manufatureiro, que geram empregos e amortecem as instabilidades do comércio internacional. Nem é essa a idéia. “O Brasil tem de aproveitar suas vantagens competitivas e entre elas estão as *commodities*. O potencial e o desafio estão em quebrar a dependência com relação a elas”, diz Ana Carla Fonseca Reis, especialista em economia criativa e consultora da ONU. “O valor gerado pela criatividade pode contribuir em muito para isso, influenciando uma ótica de agregação de valor às *commodities*, do café (*o ‘café com origem’*) aos minérios (*e sua transformação*)”, exemplifica Ana Carla, referindo-se aos cafés *gourmets* e aos produtos manufaturados.

Além disso, e de incentivar o uso positivo do imenso emaranhado de relações possibilitado pelas novas tecnologias, a economia criativa tem na manga





o trunfo de não depender de recursos não renováveis e escassos. O que importa está na cabeça das pessoas. O combustível são as idéias.

“É uma economia menos intensiva em energia e assim incide menos sobre recursos naturais”, diz o embaixador Rubens Ricupero (*entrevista à pág. 12*), diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado e ex-secretário-geral da Unctad. “É uma forma de mostrar que culturas locais podem ter grande marca na economia mundial, mesmo em países relativamente atrasados, como na África. A riqueza cultural está em toda parte.”

Para se ter idéia do potencial, apenas uma parcela da economia criativa – a produção de bens culturais – é de um dinamismo imenso. Na Europa, o setor cultural emprega cerca de 5 milhões de pessoas, o que corresponde a 2,4% do total de empregos, e cresce 12% mais rapidamente do que segmentos tradicionais da economia. A União Européia é hoje o maior exportador de bens culturais do mundo, com uma fatia de 51,8% das vendas totais. O continente asiático aparece em seguida, com 20,6%. A força asiática está nos videogames e nas artes visuais chineses.

No Brasil, o Ministério da Cultura (MinC) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trabalham para começar a mapear o setor cultural. Segundo a pesquisa “Sistemas de Informações e Indicadores Culturais”, divulgada no fim de 2007, aproximadamente 1,6 milhão de pessoas trabalham nas 321 mil empresas envolvidas com atividades culturais no País.

### Definições e um alerta

Faltam não só estatísticas apuradas sobre o que pode vir a compor o setor criativo no Brasil, mas também consenso em torno da definição do que é, afinal, esse olhar econômico sobre os bens e produtos culturais. As indústrias criativas podem ser entendidas como um conjunto de setores escolhidos conforme seu impacto econômico potencial na geração de riqueza, trabalho, arrecadação tributária e divisas de exportação, incluindo esferas tão díspares quanto artesanato, *software*, turismo, gastronomia e novas mídias. O que as une é a criatividade como matéria-prima.

O conceito de economia criativa é mais abrangente, explica Ana Carla, e diz respeito não só às indústrias criativas, mas também ao impacto de seus bens e serviços em outros setores e às conexões que se estabelecem entre eles, provocando mudanças sociais, organizacionais, políticas, educacionais e econômicas. Economia da cultura é o termo adotado pelo MinC para tirar do seu guarda-chuva tudo o que não esteja diretamente ligado à cultura, como *software*.

Gilson Schwartz, professor de economia da Escola de Comunicações e

Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), define a nova onda como iconomia. “É a economia dos ativos intangíveis, dos ícones, dos símbolos, da criatividade. É a linguagem das novas mídias em que a produção de valor se define pela capacidade de apropriação de símbolos”, diz. Schwartz alerta que é preciso ter cuidado ao falar de iconomia como alternativa de modelo inclusivo para o Brasil. “Em tese, poderia ser mais democrático. Na prática, o acesso ao conhecimento e à tecnologia sempre vai ser mais fácil para a elite, e a massa vai continuar correndo atrás.”

O risco, de fato, existe e faz refletir. Falar em economia criativa em um país com alto índice de analfabetismo parece fora de lugar. Se as crianças mal sabem interpretar um texto, como esperar o bom desempenho de um setor que pressupõe capacidade de raciocínio? Não é só a habilidade de transformar um punhado de capim-dourado em objetos de *design* que está em jogo. “Enquanto tivermos uma sociedade francamente desigual em termos de capacidade de reflexão e acesso às informações, teremos uma economia criativa sem fluidez, que também funcionará por bolsões”, acredita Ana Carla.

Apesar da urgência em aumentar a capacitação da grande maioria dos brasileiros para que possam operar em uma economia cada vez mais alimentada pelo capital intelectual, há apenas ações pontuais em vigor no País.

O fomento à economia da cultura é um dos eixos prioritários do MinC, que por meio do Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura (Prodec) injeta, desde 2006, de R\$ 10 milhões a R\$ 13 milhões anuais em quatro áreas: desenvolvimento de pesquisa e indicadores, promoção de negócios, formulação de produtos financeiros e capacitação para as pessoas lidarem com contratos e questões ligadas à propriedade intelectual. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem linhas especiais de crédito, como o Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Audiovisual (Procult), que existe desde o fim de 2006. Até 2008, vai funcionar como programa piloto, com orçamento de R\$ 175 milhões para financiar todos os elos da cadeia: infra-estrutura, laboratórios, produção e distribuição.

A criatividade pode não só estar no fim, mas no meio também. O Banco do Nordeste (BNB), por exemplo, bolou novas formas de garantir o pagamento de um empréstimo. Um ator ou músico podem, por exemplo, oferecer como garantia a receita com a venda dos ingressos de um espetáculo que ainda vai acontecer. Ou, simplesmente, a qualidade. Henilton Menezes, gerente da área cultural do BNB, explica:

A economia criativa não fluirá enquanto o Brasil não encarar a velha questão da desigualdade social, afirmam especialistas

“O maior bem de um estúdio não é o equipamento, mas a habilidade do operador da mesa de som. É ele que atrai as bandas para gravar. Portanto, o contrato prevê que durante a vigência do financiamento aquele operador continue trabalhando naquele estúdio”.

### Santo de casa

“O Brasil é um celeiro de boas experiências e eu gosto de falar que santo de casa faz milagre, sim”, brinca Lala Deheinzelin, especialista em economia criativa e desenvolvimento. Mas, como bem diz Ana Carla, “a existência de uma oportunidade não implica diretamente seu aproveitamento. Embora a criatividade seja tão ubíqua quanto o oxigênio, a economia criativa não se concretiza por combustão espontânea”. O setor público, lembra a especialista, está diante de um grande desafio: alinhar e articular as políticas públicas setoriais em uma trajetória comum e integrada. “A economia criativa é transversal e estabelece conexões com educação, turismo, tecnologia e meio ambiente”, diz. “É também uma forma de interação social.”

Tanto Ana Carla como Lala avaliam positivamente a ação do MinC, mas consideram um erro o ministério falar em economia da cultura e não em economia criativa. “Isso exclui do debate os ministérios de Ciência e Tecnologia e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o que é um problema”, afirma Lala.

O poder das idéias e a capacidade de inovar são fundamentais para a economia de baixo carbono para a qual o mundo caminha, e o Brasil prova seu valor ao liderar no segmento de biocombustíveis, em especial com o etanol. “Não há sustentabilidade fazendo o usual, é preciso mudança, é preciso inovação para sair do padrão anterior. Sustentabilidade pressupõe mudança e a inovação é o único caminho em direção a isso”, afirma Nobre, da FGV.

Há no País interesse pelas novas tecnologias – pelo menos por quem tem acesso a elas –, como ficou evidente na Campus Party, evento realizado em fevereiro em São Paulo, em que os 3,3 mil inscritos tinham à disposição uma poderosa conexão de 5 Gbps (gigabits por segundo) para trocar experiências, idéias e conhecimentos. Resultado: mais de 460 Gbytes, entre filmes, músicas, *games*, programas e desenhos foram baixados nos sete dias do evento.

Por fim, o Brasil, sem dúvida, pode se beneficiar do caudaloso caldo cultural, de sua diversidade regional, música e festas tradicionais. Mas, sem o investimento em educação de qualidade, a revisão da educação superior para contemplar as profissões que surgem a todo instante, a massificação do acesso às novas tecnologias e a elaboração de um marco regulatório que fomente a inovação e reaproxime a academia do setor privado, vai ser difícil recriar a economia. Essas são tarefas urgentes mesmo sem o foco na economia criativa e exigem planejamento, visão de longo prazo, articulação e trabalho árduo.

“Outro modelo de negócios é possível: valorizar as pessoas, estimular pequenos produtores. Para isso são necessárias políticas públicas de Estado. É um trabalho de convergência”, afirma Graça Cabral, do IN-MOD. Décadas depois da visão de Celso Furtado, poucos duvidam do poder da criatividade. O que todos sabem é que não basta uma idéia na cabeça.

P22

O caldo cultural (ao lado, a Congada, festa tradicional em Goiás) pode beneficiar o Brasil, mas é preciso encarar o desafio de alinhar e integrar as políticas públicas



BRUNO BERNARDI



# Dinheiro a rodo

Há quem preveja nos investimentos mundiais em energia alternativa uma bolha maior que a das *pontocom* e a do setor imobiliário. A ciranda atrai até gente de fora do ramo da sustentabilidade, como o Google

**Os investidores nunca** estiveram tão ávidos por financiar tecnologias limpas e energias alternativas. Segundo a National Venture Capital Association (NVCA), que representa 480 fundos de capital de risco e *private equity* dos Estados Unidos, foram investidos US\$ 2,6 bilhões em pequenas empresas desses dois setores nos três primeiros trimestres do ano passado – 44% a mais que em todo o ano de 2006. Entre as beneficiadas estão empresas promotoras da reciclagem, do con-

trole da poluição, das energias solar e eólica – além de modelos energéticos alternativos à queima de combustíveis fósseis que não são propriamente uma unanimidade, como o nuclear ou o hidrelétrico.

Há apenas cinco anos, elas não ficavam com mais do que 1% do *venture capital* dos EUA. Hoje, abocanham 7,4% do total. Por trás desse movimento estão a crescente voracidade energética de indianos e chineses, o encarecimento do petróleo, as preocupações ambientais e a aposta de que muitas tecnologias revolucionárias estão em vias de amadurecer.

Pelo menos uma empresa brasileira já garantiu assento nesse banquete: a Companhia Brasileira de Energia Renovável (Brenco), que ambiciona plantar 600 mil hectares de cana-de-açúcar e construir dez unidades industriais de produção de etanol. Encabeçada pelo ex-presidente da Petrobras Henri Philippe Reichstul, ela tem entre seus acionistas James Wolfensohn, ex-presidente do Banco Mundial, e um dos fundadores da Sun Microsystems, Vinod Khosla.

Khosla, dono de uma fortuna na faixa de US\$ 1,5 bilhão, é hoje um dos maiores investidores individuais em energias alternativas. “Em 20 anos, teremos um mundo muito diferente”, declarou recentemente ao diário *USA Today*. “Sou muito mais otimista do que a média.”

Essa ciranda tem reunido muita gente que, como ele, não é do ramo da sustentabilidade. É o caso do Google, que anunciou a transferência de dezenas de milhões de dólares anuais para pesquisa e para fomentar empresas inovadoras. Seu objetivo é tornar as energias renováveis – sobretudo a solar, a eólica e a geotérmica – mais baratas que o carvão em um horizonte de apenas meia década.

## Czar das energias verdes

Claro, seu outro objetivo é faturar alto. O czar das energias verdes do Google – sim, o nome da função é esse mesmo –, Bill Weihl, declarou recentemente que “o volume de dinheiro envolvido no setor energético é enorme – mesmo que você resolva uma parte pequena do problema, ainda assim poderá levantar uma cifra bastante alta”.

Tanto dinheiro voltado para tecnologias limpas – ou supostamente limpas – é uma boa notícia. Ou não? Há quem prefira baixar a bola, lembrando o que aconteceu quando as *pontocom* receberam atenção semelhante. Para refrescar a memória: a partir de 1995, trilhões de dólares foram investidos em pequenas empresas da internet, num movimento de supervalorização acionária que explodiu em 2001, levando muita gente à bancarrota. Esse tipo de bolha se forma quando a cotação das empresas não está

lastreada pelo seu valor efetivo, mas por uma estimativa excessivamente otimista e pouco realista.

O presidente da NVCA, Mark Heesen, é um dos que recomendam cautela. “O investimento em novas tecnologias está sujeito a reveses e não se presta aos inexperientes ou àqueles avessos a emoções fortes”, diz. “Turistas interessados num retorno rápido deveriam manter distância.” Mas ele faz a ressalva de que, a longo prazo, essa área será tão importante para os investidores de capital de risco como o foram, nos últimos 20 anos, as de biotecnologia e Tecnologia da Informação.

O temor de que essa chuva de dinheiro pode ser excessiva ganhou corpo em fevereiro, quando o assunto foi capa da centenária *Harper's Magazine*. A revista publicou um texto de Eric Janszen, um vidente financeiro bastante badalado, diretor do website de investimentos *iTulip*. Em seu artigo, ele prevê que a bolha do segmento de energias alternativas (e infra-estrutura de apoio) tem boas chances de superar em exuberância a da internet e a do setor imobiliário. No auge, a primeira movimentou US\$ 7 trilhões, e a segunda, US\$ 13 trilhões. Para Janszen, a nova bolha poderia exceder US\$ 20 trilhões em capital especulativo.

Ele diz, porém, que esta bolha não está fadada, necessariamente, a estourar. Tam-

bém não prega que os investidores fujam desse mercado. Para ele, ainda é cedo para identificar vencedores e as “barbadas” podem vir de qualquer lugar.

Toda essa discussão não deixa de ser excitante para quem se acostumou a ver os promotores das tecnologias limpas e das energias renováveis de chapéu na mão, mendigando financiamento, penando para demonstrar a rentabilidade da sua proposta. Ainda vai chegar o dia, diz Vinod Khosla, “em que o petróleo vai competir conosco, e não o contrário”.

P22

*\*Jornalista especializada em meio ambiente*





## obstinação

Persistência, tenacidade, perseverança. Se é exagerada, vira teimosia.

*Na vida real não há um Tista, como o personagem da obra de Maurice Druon, para reorganizar o mundo com seu dedo verde. Contudo, há meninas como eu, criativas, corajosas e ávidas para modificar positivamente o contexto em que estamos inseridas.*

**Patrícia Tonial Casarin**  
12 anos  
São João (PR)

*Principalmente a gente, que hoje é criança, precisa crescer sabendo que tem muita coisa para resolver. Eu só sei de uma coisa: eu nunca vou deixar ou perder a segurança de dizer "Bom dia, mundo bom".*

**Leticia Angelo dos Santos**  
9 anos  
São Paulo (SP)

## obtusidade

Obtuso vem de uma palavra latina – obtusa – que significa “embotado”. Obtusidade é embotamento, que quer dizer “insensibilidade”, “estupidez”.

*O homem é imensamente irresponsável com sua própria vida; apenas no século XXI é que ele começa a perceber que depende da natureza para sobreviver, mas a natureza não depende nada dele e vive melhor ainda sem sua mão destruidora.*

**Rebeca Alexandre Ferreira**  
14 anos  
Paraipaba (CE)

*Não há desse modo reciprocidade entre o que a natureza faz pelo homem e o que o homem faz por ela.*

**Estefânia Alves da Silva**  
12 anos  
Caucaia (CE)

## ocasião

Oportunidade para que uma coisa aconteça; momento, instante, tempo em que ocorre algo.

*Esse lugar talvez nem seja real, pode existir apenas na imaginação, mas enquanto estamos nele o tempo parece passar mais depressa e temos bons e inesquecíveis momentos de felicidade.*

**Nathan Luan Dutra Sarmento**  
15 anos  
João Pessoa (PB)

## oloroso

Perfumado, cheiroso.

*Um dia acordei e percebi que havia algo diferente no ar. Um cheiro de coisa boa, como o que sinto quando tem macarrão para o almoço.*

**Daniel Pereira Lucena**  
10 anos  
João Pessoa (PB)

## omissão

Falta de ação; inércia.

*Não vamos escrever, e sim fazer! Muitas crianças passando fome, muitas pessoas doentes, de doenças sem cura, e nós aqui, só escrevendo e não fazendo nada!*

**Camila Beatris Bajotto**  
13 anos  
Candelária (RS)

*Devemos crescer sem medo de fazer aquilo que ninguém faz; afinal, ninguém faz nada, mesmo.*

**Bruna Belusso**  
17 anos  
Santo Expedito (RS)

## onírico

Do grego *oneiros* (sonho) vem esta palavra, que significa “relativo a sonhos” ou “próprio dos sonhos”.

*O sofá vermelho me apóia sempre que as pessoas me passam uma rasteira, e a cama, ah! Essa, sim, é forte! Aguenta o peso dos sonhos de uma mente jovem...*

**Anaira Ortiz Gonzaga**  
15 anos  
Rio Brilhante (MS)

*Que mundo é esse, que permanece no sonho dos adultos, que só conhecemos quando crianças?*

**Priscila Machado Nascimento**  
17 anos  
Mogi das Cruzes (SP)

## opimo

Excelente, abundante, rico.

*Mundo este cheio de maravilhas, erejitas especiais feitas em circo divertido, com produções maravilhosas. Sorteada é a pessoa que mora nesse circo e tem o prazer de presenciar os espetáculos que ele pode fazer.*

**Leticia Moreira F. Bittencourt**  
9 anos  
Congonhas (MG)



## opinião

Modo de pensar, de ver alguma coisa; parecer; idéia.

*Gosto de expor minha opinião mesmo que não seja a melhor nem a correta, mas eu luto por ela. Dialogar é sempre bom, pois conhecemos coisas novas, e, dependendo do assunto, defendendo meu ponto de vista; sendo assim, penso que soltar palavras no mundo como estou fazendo agora é, de certa maneira, ter liberdade.*

**Brenda Pereira Franco**  
12 anos  
Santa Helena (GO)

O MELHOR LUGAR DO MUNDO

## De olhos bem abertos

Era no formato de olho, com pupila e cílios, a representação do som de “O”, feita por operários no deserto do Sinai, há 3.500 anos, quando primeiro se registrou a escrita como a conhecemos hoje. A história das letras, o significado das palavras e a reflexão de crianças e adultos do País sobre o estado do mundo se encontram no *Inventário do que Podia ser bem Melhor e Será*, que reúne textos do 6º Concurso de Redação “Ler é Preciso”, iniciativa do Instituto Ecofuturo. P22